



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013 2015

GESTÃO
Fevereiro de 2013 a fevereiro de 2015

PRESIDENTE
Desembargador Cláudio Dinart Déda Chagas

Aracaju, Sergipe
Janeiro de 2015



Colegiado



Des. Cláudio Dinart Déda Chagas
Presidente

Des. Edson Ulisses de Melo
Vice-Presidência

Desa. Suzana Maria Carvalho Oliveira
Corregedora-Geral

Desa. Marilza Maynard Salgado de Carvalho

Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto

Des. Luiz Antônio Araújo Mendonça

Des. Cezário Siqueira Neto

Desa. Maria Aparecida Santos Gama da Silva

Des. Osório de Araújo Ramos Filho

Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima

Des. José dos Anjos

Des. Ruy Pinheiro da Silva

Desa. Iolanda Santos Guimarães



Missão, Visão e Valores

MISSÃO

Realizar Justiça de forma célere e eficiente

VISÃO

Ser instrumento acessível e efetivo de realização de uma Justiça célere e de qualidade, que alcance gradativa redução das taxas de congestionamento

VALORES

Responsabilidade social e ambiental

Compromisso

Acessibilidade

Integração

Transparência

Sustentabilidade

Eficiência

Ética

Humanismo

Mensagem do Presidente



“**M**odesto nas aspirações, mas inflexível na observância dos deveres”. Lembro bem que, há dois anos, utilizei esta frase em meu discurso de posse como Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe. Depois de 34 anos atuando como magistrado, mesmo sem a aspiração de chegar a tão alto cargo no Judiciário, assumi a administração de um dos melhores Tribunais estaduais do país, reconhecimento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça por várias vezes. E agora, finalizada a minha gestão, posso dizer que fui, realmente, muito inflexível – comigo e com a competente equipe de apoio – na observância do dever de fazer tudo da melhor maneira possível.

Confesso que foi uma tarefa não só inédita, com também um pouco difícil, gerir um orçamento superior a R\$ 400 milhões. Mas o sentimento de responsabilidade que acompanhou toda minha trajetória profissional guiou as decisões e acredito que os investimentos foram assertivos. Somente em obras e reformas, foram investidos mais de R\$ 17 milhões, outros R\$ 15,2 milhões em equipamentos e sistemas que incrementaram a tecnologia de ponta já utilizada pelo Tribunal, visando a prestação jurisdicional célere que a sociedade deseja e merece.

Instalar e estruturar o Departamento de Precatórios foi outra importante ação da gestão. Além de oferecer uma organização mais eficaz aos processos, agora as partes e advogados recebem informações mais precisas sobre o pagamento. Informações essas divulgadas de maneira bem transparente no Portal do Departamento de Precatórios. Participar do VI Encontro Anual do Planejamento Estratégico também foi algo gratificante porque juntos, magistrados e servidores, conseguimos estabelecer os 11 macrodesafios a serem alcançados de 2015 até 2020, sendo um deles algo que considero essencial: adotar soluções alternativas para conflitos.

Não poderia deixar de ressaltar o projeto de valorização do 1º grau de jurisdição, que englobou uma série de ações, como a mudança no Código de Organização Judiciária, aquisição de novos veículos, destinados especialmente a equipes psicossociais das Comarcas do interior, convocação dos servidores aprovados no concurso realizado em junho de 2014 e readequação do quadro funcional de unidades jurisdicionais que possuíam um déficit em sua força de trabalho.

Enfim, chego ao final dessa missão com a certeza da “observância dos deveres”. E se isso foi possível, devo agradecer aos magistrados e servidores que estiveram ao meu lado apoiando as decisões, sugerindo os melhores caminhos e dando o melhor de si para o bom funcionamento do Judiciário. Assim, deixo a Corte organizada e pronta para receber os novos gestores.



Desembargador
Cláudio Dinart Déda Chagas



Linha do Tempo

Fevereiro



06

Posse da Mesa Diretora

26

Ministra Eliana Calmon reafirma excelência do TJSE durante Encontro em Brasília

Abril



30

Instalação do Departamento de Precatórios

Junho

07

I Ciclo de Palestras sobre Tobias Barreto

Censo Judiciário: TJSE sedia projeto-piloto do CNJ

Agosto



22

V Encontro Anual do Planejamento Estratégico

Março

14

Meta 4: TJSE foi o único do País a julgar todos os homicídios dolosos

Maio

07

Aprovado pela Assembleia Legislativa Projeto de Lei Complementar que transformou a 11ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju em Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher



Processo Eletrônico é implantado nas Varas Cíveis do Fórum Gumersindo Bessa

Julho

22

Entra no ar Portal do Departamento de Precatórios

Setembro

24

Matéria da revista Judicarium ganha Prêmio AMB de Jornalismo

30

Cerimônia premia as unidades jurisdicionais mais produtivas do TJSE

Novembro

26

TJSE realiza 1º Workshop de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Outubro

03

IV Seminário de Comunicação e Justiça do Tribunal de Justiça de Sergipe



04

Presidente do TJSE recebe Medalha Mérito Bombeiro Militar

18

CNJ divulga que TJSE tem a menor taxa de congestionamento de processos de execução fiscal

Dezembro

09

Presidente entrega na AL projetos de lei relativos a reajuste salarial e do auxílio-alimentação dos servidores



16

Celebração natalina no Memorial do Judiciário

2013

Janeiro

21

TJAL conhece Programa de Responsabilidade Ambiental do TJSE

28

Convênio entre TJSE e UFS permitirá construção de mapa da violência doméstica

Março

17

Semana Nacional do Tribunal do Júri

24

Instalada Câmara de Monitoramento de Inquéritos e Processos de Homicídios – Programa Brasil Mais Seguro

28

98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de TJs, em Palmas (TO)



Maio



09

Entregues obras de reforma e ampliação de fórum em Poço Redondo

Julho

02

Novo Código de Organização Judiciária é sancionado pelo Governador do Estado

31

TJSE sedia X Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom)

Novembro



21

Presidente do TJSE instala 2ª Vara de Simão Dias e autoriza construção de novo fórum

Fevereiro



18

Presidente encaminha para a Alesse Projeto de Lei que cria Função de Assistente de Juiz

25

Processo seletivo para estagiário de nível médio

Abril

15

TJSE fica em 1º lugar na Meta 1 estabelecida pelo CNJ para 2013

Junho

03

Arraiá do Limpa Nome é realizado no Arquivo Judiciário



15

Realizado concurso para analistas e técnicos judiciários

19

Mais de 1.200 novos computadores são encaminhados para Comarcas do interior

22

TJSE sedia XV Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv)

Agosto



25

VI Encontro Anual do Planejamento Estratégico do TJSE

Outubro

15

TJSE/CIJ recebe Selo Ouro do Unicef e CNJ como reconhecimento nacional de melhor Coordenadoria da Infância do país

23

Instalada nova Comarca de Malhador

2014



Sumário

Gestão de Pessoas	9
Gestão Administrativa	11
Gestão Financeira	12
Precatórios	14
Planejamento	18
Modernização	21
Tecnologia	28
Engenharia	31
Perícias Judiciais	35
Controle Interno	39
Segurança	41
Centro Médico	42
Ouvidoria	44
Métodos Consensuais	46
Coordenadoria da Infância e da Juventude	48
Coordenadoria da Mulher	52
Arquivo Judiciário	56
Memorial do Judiciário	58
Biblioteca	61
Comunicação	62

O Arquivo Judiciário contribuiu com o Arraiá do Limpa Nome, realizado de 3 a 13 junho de 2014, e o Feirão do Limpa Nome, realizado entre os dias 12 a 21 de novembro e de 3 a 12 de dezembro de 2014, ao disponibilizar sua sede, bem como liberar a participação de três servidores que colaboraram com a realização do evento promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Soluções de Conflitos e Cidadania (Nupemec), incluindo não só o atendimento ao público, como também a organização do ciclo de palestras ministradas.

Quadro funcional



2.420 Servidores efetivos em atividade
423 Efetivos com cargo comissionado
197 Servidores comissionados

Vencimentos



Analista Judiciário: **R\$ 4.032,45**
 Técnico Judiciário: **R\$ 2.457,39**

Dados

- Reajustes salarial de 6% para servidores efetivos e de 5% para comissionados em janeiro de 2014;
- Reajuste salarial de 6,5% para servidores efetivos e 6% para comissionados em janeiro de 2015;
- Realização de concurso público, promovido pelo edital 01/2014, com cargos em novas áreas de especialização, regulamentados através da Resolução 9/2013.
- Ingresso de novos servidores aprovados no Concurso Público promovido pelo Edital 01/2014, até outubro de 2014:



Benefícios

- ★ Auxílio-alimentação: varia de R\$ 579,45 a R\$ 649,88, de acordo com a faixa salarial; mas a partir de julho de 2015, todos servidores receberão o mesmo valor, R\$ 710,00.
- ★ Auxílio-saúde (Portaria 78/2013 GP-1): de R\$ 306,35, para servidores com até 39 anos, a R\$ 575,81 para os que têm acima de 59 anos.
- ★ Gratificação de Estímulo a Interiorização (GEI): concedida aos servidores do quadro de pessoal do Poder Judiciário em razão do efetivo exercício de suas funções junto à unidade jurisdicionais em que estiver lotado. O percentual varia de 5% a 15%.
- ★ Adicional de Titulação (percentual incide sobre o vencimento estatutário): 8% para especialização, 12% para mestrado e 20% para doutorado.
- ★ Adicional de Qualificação: 1% a cada 120h de cursos/treinamentos/congressos, limitado a 3% (360h).

Pagamento da gratificação por premiação

Premiação por desempenho: foram contemplados 535 servidores no levantamento da premiação 2013 paga em 2014, sendo: 507 efetivos e 28 comissionados
Valor pago: R\$ 1.053.329,61

Audiências de Remoção

Em 2013, foram realizadas cinco audiências de remoção e, em 2014, três. Foram removidos 11 analistas judiciários (oito de Psicologia e três de Serviço Social) e 167 técnicos judiciários. As audiências promovem, de forma transparente e dinâmica, o remanejamento funcional entre as unidades integrantes do Poder Judiciário, nas diversas Comarcas, localizadas em todo o Estado, através da utilização de recursos tecnológicos, buscando a integração do sistema de gerenciamento de recursos humanos.

Realização de Processo Seletivo para Estágio de Nível Médio/Superior

Nível Superior 2013/2014		
Convocados		Concessão
Administração	08	02
Arquitetura	01	01
Ciências Contábeis	02	02
Direito	270	160
Engenharia Civil	05	01
Engenharia Elétrica	01	01
História	12	06
Informática	12	02
Jornalismo	01	01
Museologia	02	01
Psicologia	29	23
Serviço Social	40	25
Total	383	225
Nível Médio 2013 / 2014		
Convocados		Concessão
Capital e interior	372	228

Ações implantadas

1) Realização do Processo Seletivo de Estágio para Nível Médio/Superior;

- 2) Regulamentação do quantitativo de servidores nas unidades da atividade fim, tendo como consequência o remanejamento de servidores da atividade administrativa para a judiciária;
- 3) Planejamento e desenvolvimento do Concurso Público para Analista Judiciário de diversas áreas e de Técnico Judiciário;
- 4) Revisão da Portaria que regulamenta o quantitativo e a distribuição dos estagiários do Nível Médio/Superior;
- 5) Criação do banco de servidores interessados em substituição para o cargo de Assessor de Juiz e Funções de Confiança de Diretor de Secretaria e Assistente de Juiz, tendo em vista a grande demanda de solicitações;
- 6) Criação do Banco de servidores interessados em atuação em outras competências. Remanejamento de lotação.

Projetos

1) Gestão por Competências

Em cumprimento a meta específica do CNJ, foi implementado o sistema de Gestão por Competência. A metodologia aplicada prevê que o servidor, ao desenvolver suas competências, agregue valor para a organização e esta, em contrapartida, ofereça-lhe condições de desenvolvimento pessoal e profissional contínuo. Para a concretização do projeto participaram, inicialmente, os gestores que atuam no 1º grau. Foi criado um Grupo de Trabalho formado por servidores técnicos na área para desenvolvimento e acompanhamento do projeto, deste modo, o mapeamento das competências será entregue a Ejuse para a execução dos cursos.

2) Projeto em andamento – Banco de Talentos

Ação atrelada ao Projeto de Valorização das Carreiras Judiciárias da Diretoria de Gestão de Pessoas. O banco cria mecanismos de certificação de conhecimentos com base em experiências passadas e das habilidades específicas para o desenvolvimento dos processos internos na organização. A estruturação do banco de talentos trará benefícios à área de Recursos Humanos, que contará com o apoio da área de Tecnologia da Informação, através do desenvolvimento de um módulo no sistema de gerenciamento de recursos humanos, que possibilitará os registros dos dados dos servidores acerca de seus conhecimentos, habilidades e experiências profissionais.

A Diretoria Administrativa, além de suas atividades rotineiras, que visam atender de forma eficiente e célere as solicitações encaminhadas pelas unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário sergipano, destaca algumas atividades das suas respectivas divisões:

Divisão de Transportes

Na gestão do Desembargador Cláudio Déda, foram adquiridos 28 veículos, sendo três vans, 17 hatchs, cinco sedans, um caminhão baú e uma pickup cabine dupla, totalizando um investimento de R\$ 1.588.859,00. A quantidade de veículos atual é 88, sendo três de representação, 21 institucionais e 64 administrativos. Dos 64 veículos administrativos, 13 irão a leilão, sendo 10 Unos, um furgão e dois ônibus. O leilão está sendo organizado pelo governo de Sergipe.

A Divisão é composta por 73 motoristas (18 efetivos, 47 requisitados e 8 terceirizados) e sete funcionários que fazem a gestão (dois técnicos judiciários, dois agentes de serviços Judiciários, um requisitado e dois comissionados). O setor também providenciou a pintura das salas, aquisição de fardamento para os servidores do setor, reforma das instalações, inclusive com a construção de uma suíte para motoristas de plantão, e aquisição de material permanente.

Divisão de Serviços Gerais

Controla e fiscaliza os contratos de fornecimento de chaves e carimbos, prestação de

serviços de limpeza e dedetização, bem como as atas de registro de preços de refis/filtros e serviços de jardinagem. Planeja as atividades relativas a serviços de limpeza nas diversas unidades jurisdicionais do Estado, bem como as atividades e serviços de apoio. Durante 2013, contava com apenas dois contratos e uma Ata de Registro de Preços. No final de 2014, tinha em vigência dois contratos e cinco Atas de Registro de Preços.

Divisão de Serviços ao Cidadão

Gere os serviços de fornecimento de refeições para o Tribunal do Júri da capital e interior, reprodução de documentos xerográficos, cadastro de advogados, serviços de informação ao cidadão no Sistema de Controle Processual e fornecimento de fardamento para os servidores requisitados às prefeituras.

Divisão de Protocolo e Registro

Recebe, protocola e envia os ofícios e processos encaminhados pelas Varas e Juizados da capital, bem como pelas Comarcas, Distritos e escritórios de advocacia; recebe as correspondências enviadas nos malotes das Comarcas e Distritos, fazendo a triagem para seus devidos destinos; digita as listas das correspondências destinadas via malote para todas as Comarcas e Distritos, entre outras atividades. Mensalmente, são entregues cerca de seis mil processos para serem enviados através do Protocolo Integrado para as respectivas Escrivanias, Protocolo de Distribuição do 2º Grau, gabinetes dos Desembargadores, Câmaras Cíveis e Criminais.



Exercício de 2013

A Lei nº 7.589, de 28 de dezembro de 2012, aprovou o orçamento do Estado, para o exercício de 2013 cabendo ao Poder Judiciário (Tesouro e FERD) o montante de **R\$ 438.513.200,00**, assim especificados:

- Recursos do Tesouro Estadual: **R\$ 414.523.200,00**
- Recursos Próprios: **R\$ 23.990.000,00**
- Precatórios: **R\$ 33.930.000,00**

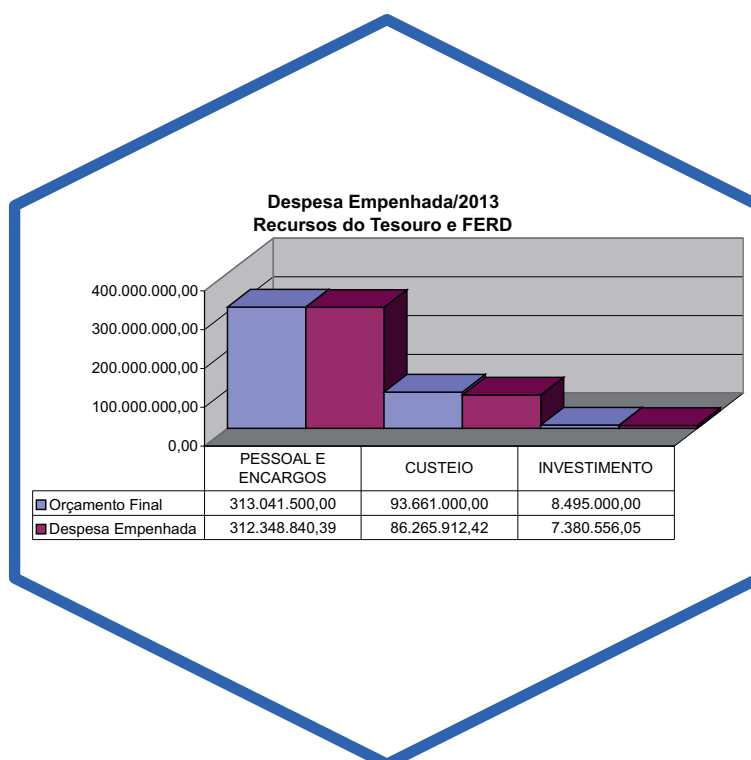
Durante a execução o orçamento foi suplementado em R\$59.523.000,00, chegando ao final do exercício com o montante de **R\$ 449.127.500,00** assim especificado:

- Remanejamento próprio: **R\$ 26.187.000,00**
- Anulação de dotação de outros órgãos: **R\$ 21.766.000,00**
- Superávit Financeiro: **R\$ 11.570.000,00**

RECURSOS DO TESOIRO E FERD - Exercício de 2013				
GRUPO DA DESPESA	ORÇAMENTO		DESPESA	
	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA EMPENHADA	% EXECUÇÃO
Pessoal e Encargos	313.093.200,00	313.041.500,00	312.348.840,39	99,78
Custeio	79.760.000,00	93.661.000,00	86.265.912,42	92,10
Investimento	11.730.000,00	8.495.000,00	7.380.556,05	86,88
ORÇAMENTO TOTAL/TJ	404.583.200,00	458.361.346,00	405.995.308,86	97,78

Execução da despesa

Com relação ao cumprimento dos limites preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito ao gasto com pessoal e encargos, o último quadrimestre correspondeu a **5,40%**, abaixo dos limites prudenciais e máximo de 5,70% e de 6,0% respectivamente.



Exercício de 2014

A Lei nº 7.800 de 03 de janeiro de 2014, aprovou o orçamento do estado, para o exercício de 2014 cabendo ao Poder Judiciário (Tesouro e FERD) o montante de **R\$ 477.706.346,00**, assim especificados:

- Recursos do Tesouro Estadual: **R\$ 411.206.346,00**
- Recursos Próprios: **R\$ 26.500.000,00**
- Precatórios: **R\$ 40.000.000,00**

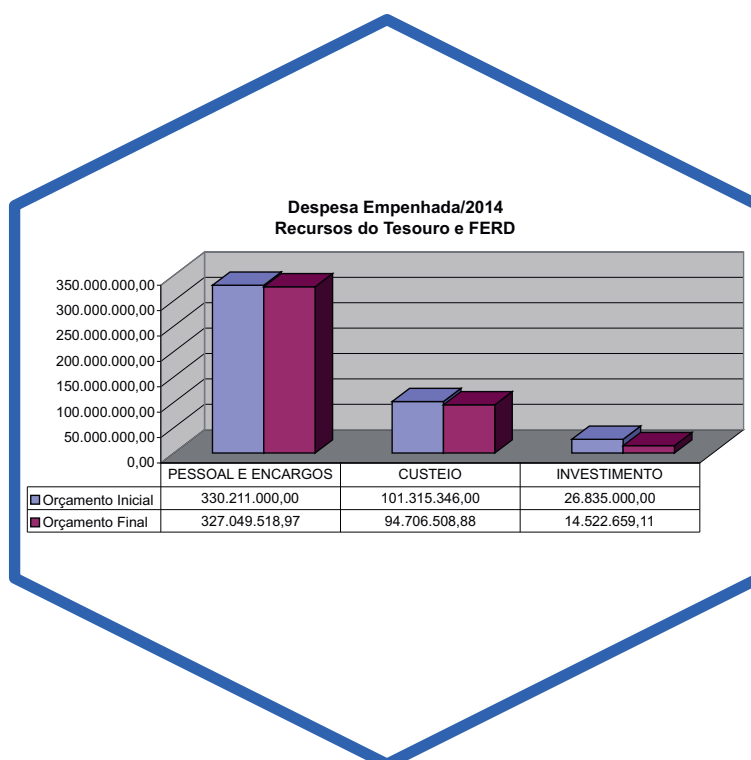
Durante a execução orçamentária, o orçamento inicial foi suplementado em R\$ 71.883.105,00 chegando ao final do exercício com **R\$ 532.291.346,00**, assim especificado:

- Remanejamento próprio: **R\$ 17.298.105,00**
- Anulação de dotação de outros órgãos: **R\$ 54.585.000,00**

RECURSOS DO TESOIRO E FERD - Exercício de 2014				
GRUPO DA DESPESA	ORÇAMENTO		DESPESA	
	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO FINAL	DESPESA EMPENHADA	% EXECUÇÃO
Pessoal e Encargos	328.536.000,00	330.211.000,00	327.049.518,97	99,04
Custeio	72.607.241,00	101.315.346,00	94.722.589,02	93,49
Investimento	36.563.105,00	26.835.000,00	14.522.659,11	54,12
ORÇAMENTO TOTAL/TJ	437.706.346,00	458.361.346,00	436.294.767,10	95,19

Execução da despesa

Com relação ao cumprimento dos limites preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito ao gasto com Pessoal e Encargos, o segundo quadrimestre correspondeu a **5,34%**, abaixo dos limites prudenciais e máximo de 5,70% e de 6,0%, respectivamente.



O Departamento de Precatórios do TJSE foi criado pela Lei Estadual nº 7.596/2013 e instalado pela Presidência através da Portaria n.º 25/2013, em 30 de abril de 2013. Um dos Juízes Auxiliares da Presidência foi designado, exclusivamente, para gerir e supervisionar o departamento, José Pereira Neto. É composto por três divisões: Apoio e Recepção de Precatórios; Processamento e Cálculos; e Pareceres e Pagamentos.

O Departamento de Precatórios funciona no 7º andar do Tribunal de Justiça, cujas dependências passaram por reforma para comportar as três divisões, gabinete do Juiz, sala de audiências e secretaria. Todos os servidores lotados no Departamento são do quadro efetivo do Tribunal. Foram convocados dois analistas judiciários (especialidade contabilidade) do último concurso público do Tribunal para integrar a equipe da Divisão de Processamento e Cálculos, que conta com três contadores.

A Divisão de Apoio e Recepção de Precatórios conta com quatro servidores, a Divisão de Pareceres e Pagamentos com três servidores, sendo dois analistas judiciários (especialidade Direito) e um estagiário nível superior (área de Direito). A secretaria possui dois servidores e dois estagiários. O Juiz Gestor possui duas assessoras de Juiz. Portanto, o Departamento de Precatórios possui 15 servidores e três estagiários.

Capacitação dos servidores

Os servidores do Departamento de Precatórios participaram de cursos de capacitação.

No ano de 2013, foi oferecido o curso 'Precatórios Requisitórios – aspectos procedimentais da emenda constitucional n.º 62/2009', nos dias 5 e 6 de setembro, tendo como facilitadores José Luiz Leite Lindote, Simone Aparecida Metello Taques de Sousa e Fábio Alexandre Mendonça. Em 2014, a capacitação teve como foco a retenção de contribuição previdenciária e de imposto de renda no pagamento de precatórios, que foi realizado nos dias 27 e 28 de maio, tendo por facilitadores dois servidores da Receita Federal.

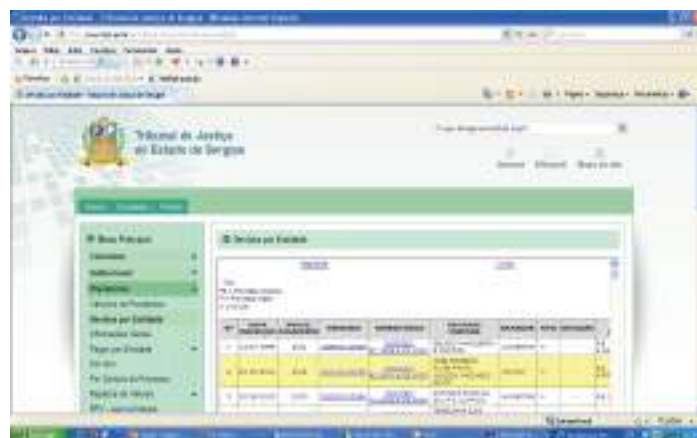
Criação do Portal do Departamento de Precatórios

No dia 22 de julho de 2013, foi implementado o 'Portal do Departamento de Precatórios' com o seguinte endereço: www.tjse.jus.br/precatorios, contemplando informações acerca de consulta de

precatórios, pauta de audiências, lista de credores preferenciais, instruções para solicitar preferência, valor da RPV por ente devedor, atualização e repasse de valores.

Reorganização da Ordem Cronológica

A lista cronológica de precatórios, disponível na internet, foi reorganizada e implementada a ordenação única por entidade devedora, é o que se depreende da ferramenta de consulta precatórios devidos por entidade, disponível no portal do Departamento de Precatórios.



Além disso, foi incluída na consulta de precatórios devidos por entidade, disponível no Portal do Departamento de Precatórios, uma coluna com a indicação se o credor é idoso ou portador de doença grave, conforme layout:

PRECATÓRIOS DEVIDOS ESTADO DE SERGIPE									
NR	DATA DE PRECATÓRIO	ANO DE PAGAMENTO	PROCESSO	NÚMERO ÚNICO	ENTIDADE DEVEDORA	NOME DO CREDOR	DATA DE EMISSÃO	SITUAÇÃO	VALOR ORIGINAL
1	13/07/1998	2013	123456789	123456789	DELMO RODRIGUES E OUTROS	ALMEIDA	13/07/1998	Ativo	R\$ 1.345.789,00
2	20/08/2000	2013	987654321	987654321	JOSÉ TEODORA ALVES FILHO	ALMEIDA	20/08/2000	Ativo	R\$ 4.321.000,00
3	05/07/2002	2013	567890123	567890123	WILSON RUIZ DE SOUZA E OUTROS	ALMEIDA	05/07/2002	Ativo	R\$ 17.546,24

Planejamento Estratégico

O Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do TJSE, na segunda Reunião de Análise Estratégica (RAE) do ano de 2013, aprovou a inclusão da atividade gestão de Precatórios no Planejamento Estratégico institucional. Nos anos de 2013 e 2014, foram realizados os encontros anuais do Planejamento Estratégico do TJSE, que contou com a participação do Juiz Gestor e de servidores do Departamento de Precatórios, tendo em vista a inclusão da atividade gestão de Precatórios no Planejamento Estratégico institucional.

Audiências com os entes devedores

O Departamento de Precatórios, buscando regularizar e fiscalizar os repasses dos valores para pagamentos dos precatórios, vem realizando audiências e reuniões com os entes devedores. No ano de 2013, 69 audiências foram realizadas. No ano de 2014 (durante os meses de janeiro a setembro), realizou-se 53 audiências com o Estado de Sergipe e com os municípios.

Normalmente, no caso dos municípios, os acordos são parcelados, a partir da retenção diretamente na conta destinada ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que garante o pontual pagamento do débito. Trata-se de um esforço do Presidente, Desembargador Cláudio Déda para conseguir efetivar o pagamento das dívidas do poder público. A agenda das audiências está disponível no site do Tribunal de Justiça, no Portal dos Precatórios.

Revisão dos Cálculos e Economia para os Entes Devedores

Antes de realizar o pagamento, os cálculos estão sendo revisados com fundamento no art. 1º-E, da Lei n.º 9.494/2007 c/c art. 35, II, da Resolução n.º 115/2010 do CNJ. A revisão dos cálculos feita pelo Departamento de Precatórios tem gerado uma redução da dívida dos devedores públicos, os valores ainda estão sendo apurados, mas um levantamento parcial já resultou numa economia de R\$ 780.538,10.

Contas abertas para depósito dos repasses financeiros

No início da gestão no ano de 2013, o Departamento de Precatórios identificou que diversas entidades devedoras não tinham conta aberta para

depósito dos repasses para pagamentos de precatórios, sendo determinada a abertura para os seguintes entes devedores: Detran; municípios de Itabaianinha, Amparo do São Francisco, Ribeirópolis, Riachuelo, Poço Redondo, Canhoba, Arauá, Canindé do São Francisco, Itaporanga D'Ajuda, Indiaroba, Poço Verde, Ilha das Flores, Carmópolis, Rosário do Catete, Nossa Senhora de Lourdes, Gararu, São Domingos, Riachão do Dantas, Monte Alegre de Sergipe, Malhada dos Bois e Japarutuba. Além disso, foi constatado também que a SMTT, Emurb e Emsurb não estavam realizando depósitos. O Município de Aracaju depositava a cota parte das entidades da administração indireta na conta do próprio município. Após realização de audiência com estes entes, a situação foi normalizada.

Pagamentos de Precatórios efetuados nos anos de 2013 e 2014



Controle dos repasses constitucionais devidos pelas entidades devedoras

O Departamento de Precatórios, buscando regularizar e fiscalizar os repasses dos valores para pagamentos de precatórios, vem realizando audiências e reuniões com os entes devedores. Antes da realização das audiências, para ajuste dos débitos relativos aos precatórios, a assessoria do Juiz Gestor do Departamento de Precatórios faz um levantamento de cada ente devedor, aferindo: a receita e os débitos (na Justiça Estadual, Trabalhista e Federal); a existência de acordo sobre depósito ou bloqueio no processo administrativo; extratos bancários; regime de pagamento e o valor da Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Tais informações são repassadas à Divisão de Processamento e Cálculos, que apura o montante devido pelo ente devedor. Tudo isso, objetivando assegurar que o valor a ser cobrado atende ao que é devido. Ademais, é feito o acompanhamento mensal dos extratos das contas bancárias dos municípios, junto ao Banese, controlando, sistematicamente, o cumprimento do estabelecido em audiência, no intuito de evitar a inadimplência.

Nos anos de 2013 e 2014, o cálculo do valor devido por cada ente devedor, referente à parcela anual, foi feito pela Divisão de Processamento e Cálculos, observando

o Regime Especial adotado pelo devedor (15 anos ou receita líquida) e as orientações previstas no art. 97 do ADCT e na Resolução 115 do CNJ. Constatou-se também que diversos entes devedores não realizavam depósitos para pagamento dos precatórios. Após as audiências, passaram a repassar os recursos financeiros para pagamento dos Precatórios.

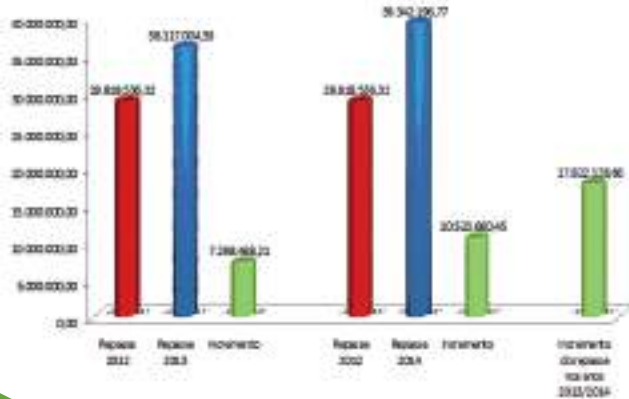
Em decorrência desse trabalho, houve um avanço significativo no valor dos repasses nos anos de 2013 e 2014 em comparação com o ano de 2012. No ano de 2012, foi depositado pelos entes devedores para pagamento de precatórios o valor de R\$ 36.379.031,81. Em 2013, já na gestão do Des. Cláudio Déda, o repasse aumentou para R\$ 56.938.477,89, ocorrendo um acréscimo de R\$ 20.559.446,08 comparando com o ano de 2012. Em 2014, o repasse alcançou o montante de R\$ 55.198.569,30.

O repasse do **Estado de Sergipe**, que é a maior entidade devedora de precatórios, também aumentou significativamente nos anos de 2013 e 2014, comparando-se com o ano de 2012:

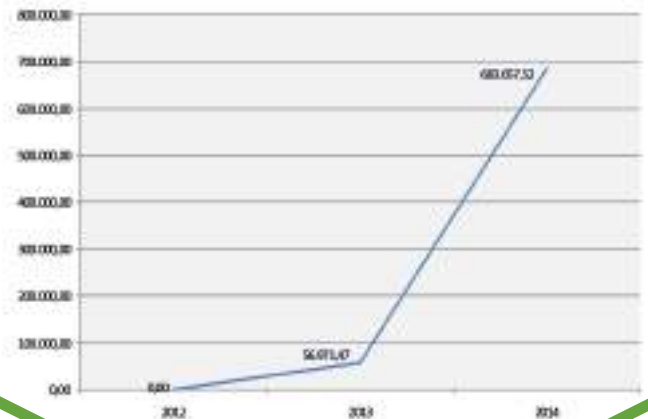
- No ano de 2012 foi depositado pelo Estado de Sergipe para pagamento de precatórios o valor de R\$ 28.818.536,32
- Em 2013, já na gestão do Des. Cláudio Déda, o repasse aumentou para R\$ 36.117.004,53, ocorrendo um acréscimo de R\$ 7.298.468,21 comparando com o ano de 2012
- Em 2014, o repasse alcançou o montante de R\$ 39.342.196,77, conforme ilustrado nos gráficos a seguir.



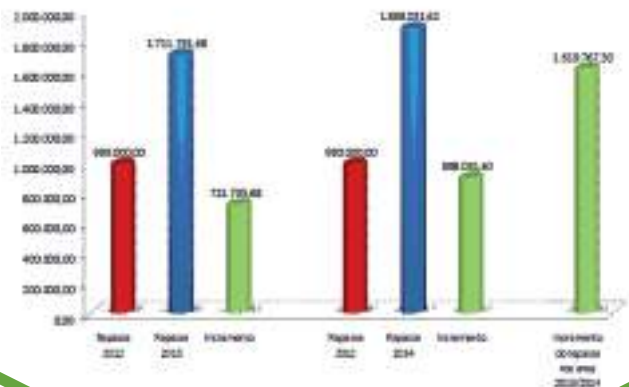
Comparativo entre os valores repassados pelo Estado de Sergipe antes e depois da gestão do Des. Cláudio Dêda



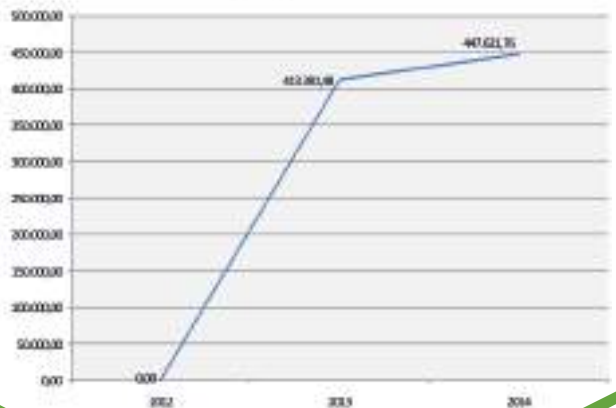
Comparativo entre os valores repassados pelo DETRAN/SE antes e depois da gestão do Des. Cláudio Dêda



Comparativo entre os valores repassados pelo Município de Nossa Senhora do Socorro antes e depois da gestão do Des. Cláudio Dêda



Comparativo entre os valores repassados pelo Município de Canindé do São Francisco antes e depois da gestão do Des. Cláudio Dêda



18 Planejamento

No período 2013-2015, a Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (Diplad), em face de sua atribuição institucional, proveu a assistência necessária ao TJSE em temas estratégicos de aperfeiçoamento da máquina Judiciária. Foram várias frentes de atuação, como o acompanhamento do cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); realização de eventos, como Encontros Anuais de Planejamento Estratégico e Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs); contribuição à revisão do Planejamento para o ciclo 2015-2020; Pesquisa de Satisfação; Premiação dos Servidores; estudo de distribuição do quadro de servidores, além de apoio logístico a diversos setores.

Metas CNJ

Sobre o exercício 2013, foi demonstrado que o Judiciário sergipano cumpriu 100% em três das cinco metas. Nas outras duas, o TJSE atingiu 80% no julgamento das ações de improbidade e 93% na de implantação de sistemas efetivos de Licitações e Contratos. Sobre 2014, na 4ª Reunião de Acompanhamento das Metas Nacionais, foi atualizado o diagnóstico das cinco metas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e uma específica. São quatro metas relativas à área-fim (judicante) e duas à área-meio (administrativo).

Maior índice de produtividade da Justiça do Nordeste

Uma das principais novidades do relatório Justiça em Números 2013, o IPC-Jus é um índice que compara a produtividade entre tribunais do mesmo ramo e com estruturas similares (pequeno, médio ou grande porte). Naquele ano, o TJSE foi revelado como o de melhor índice na Região Nordeste. Essa análise representa um aperfeiçoamento da modelagem do método DEA (do inglês, Data Envelopment Analysis) e estabelece uma relação entre o que foi produzido e os recursos disponíveis para cada Tribunal. Em 2014, o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) e o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS) do TJSE foram o segundo maior dos Tribunais de pequeno porte, segundo relatório Justiça em Números do CNJ.

Eventos

No biênio, a Diplad organizou os V e VI Encontros de Planejamento Estratégico, além de quatro RAEs, por ano, como eventos-chave de comunicação, incentivo e monitoramento de metas. No V Encontro Anual de Planejamento Estratégico, magistrados e gestores

reuniram-se para debater o tema 'Cultura Fortalecida: a integração é a melhor estratégia'. Já no VI Encontro, o tema foi 'Grandes desafios: inovar é a estratégia', em que foram discutidas as iniciativas sobre os 11 macrodesafios propostos pelo CNJ. Nesse evento, foi realizada a revisão de planejamento estratégico para o ciclo 2015-2020. Os participantes dividiram-se em mesas para analisar e votar iniciativas e indicadores de cada macrodesafio. Também participaram do encontro representantes de órgãos públicos, que tiveram como objetivo conhecer o planejamento estratégico do TJSE, a exemplo do Tribunal de Justiça do Piauí.

11 macrodesafios do TJSE para 2015 a 2020



Análise de Pontos Fortes e Fracos

A Pesquisa de Satisfação é realizada anualmente em diversos fóruns, com o objetivo de ouvir os usuários sobre os serviços prestados pelo TJSE. A pesquisa, cujo resultado subsidia os estudos de Planejamento Estratégico, contribui para a tomada de decisões pela administração do Tribunal, extraindo do público-alvo a

identificação dos pontos fortes e fracos, bem como a percepção da imagem que a população possui do Judiciário.

Nas pesquisas de 2013 e 2014, 40 estagiários entrevistaram 2.480 pessoas nas cidades de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Tobias Barreto, Propriá, Lagarto, Itabaiana, Estância e Nossa Senhora da Glória. Cada município teve sua amostragem calculada em separado, levando-se em consideração a relação população frente à demanda processual. A pesquisa aborda vários temas como atendimento nas recepções, secretarias, audiências, nossas estruturas físicas, assim como os serviços que oferecemos como Ouvidoria, Disque Processo, Justiça Volante, Juizado Expresso, e por fim Confiabilidade no Judiciário.

Premiação

A organização da Premiação Anual dos Servidores tem sido realizada pela Diplad, contando com a parceria de diversos setores. Participam, anualmente, mais de 400 concorrentes, em 56 categorias, totalizando 15.920 indicadores de análise. São gerados relatórios de conferência de dados para cada uma das categorias, com o respectivo glossário para encaminhamento à Corregedoria. Após a divulgação do resultado e a conclusão da avaliação das impugnações, é confeccionado relatório com os vencedores por categoria.

Apoio Logístico

A Diplad empreendeu levantamento de informações de grupos de competência (Entorpecentes, Trânsito e Tortura e abuso de autoridade) da 4ª Vara Criminal; o agrupamento de dados da Meta 7, utilizados pela Corregedoria; a geração de relatório com dados da Infância e Juventude nas unidades de Nossa Senhora do Socorro e, ainda, o comparativo temporal entre as classes processuais para análise pela Diretoria de Modernização (Dimoj). Pode ser citada também, a contribuição à Secretaria de Planejamento e Administração (Seplad), na implantação do sistema informatizado de chamadas para as áreas de manutenção e engenharia do Tribunal, bem como o auxílio à Rede de Governança Colaborativa do CNJ.



Meta	2013	Gestor	Índice de cumprimento
1	Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013	Corregedoria/Presidência	TJSE - 1º colocado - 125%
2	Determina o julgamento de 90% dos processos da Justiça Militar nos Estados ingressados até 2008, no 1º e 2º graus	Corregedoria/Presidência	100%
16	Fortalecimento do Controle Interno	Controle Interno	100%
17	Desenvolver nacionalmente Sistemas Efetivos de Licitação e Contratos	Dir. Licitações e Contratos	92,3%
18	Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011	Corregedoria/Presidência	80%
	2014 *		
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	Corregedoria/Dir. Modernização Judiciária	113,48%
2	Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: Na Justiça Estadual, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º Grau; e até 31/12/2011, no 2º Grau; e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.	Corregedoria/Presidência	125%
3	Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área-fim.	Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento	100%
4	Identificar e julgar até 31/12/2014, as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012.	Corregedoria/Dir. Modernização Judiciária	59,25%
5	Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011.	Corregedoria/Dir. Modernização Judiciária	66,70%
Específica	Mapear, pelo menos, 60% das competências dos tribunais, até 31/12/2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências.	Diretoria de Pessoas	100%

*até 20 de novembro

Intimação Eletrônica

Origem: DIMOJ

Projeto que busca uniformizar a atuação dos usuários externos ao processo, especificamente os advogados públicos, para que recebam as intimações eletrônicas e possam gerenciar a forma como irão disponibilizar os processos de acordo com as atribuições internas de cada um dos Órgãos. O projeto está na etapa final de avaliação e foi rejeitado para implementação. Foi submetido aos órgãos externos para que construam seus sistemas informatizados, e se comuniquem com o TJSE pelo MNI (Proc. Adm.1826/2012).

Padronização da Consulta Processual Interna

Origem: DIMOJ

Projeto visa proporcionar a melhoria da exibição da consulta processual, através de mudança radical em seu layout, possibilitando o linearidade das informações. Ademais, será utilizado para melhorar também a forma como os atos processuais são produzidos pelos usuários internos.

Modificação na Organização Judiciária

Origem: DIMOJ/Divisão Cível/Divisão dos Juizados Especiais

Foram feitas análises criteriosas para a criação e transformação das varas e juizados, na capital e no interior, para melhoria da prestação jurisdicional, juntamente com a DIPLAD (Lei Complementar Estadual 244/2014). Vejamos:

Produção de Portarias

Elaboração das minutas de atos normativos para a regulamentação da Lei Complementar nº 244/2014, tais como: 1) Portaria Normativa nº 36/2014 - Regulamenta a redistribuição de processo entre a 2ª e 5ª Varas Cíveis e as 19ª, 23ª a 28ª Varas Cíveis bem como a mudança de competência material nas referidas unidades; 2) Portaria Normativa nº 40/2014 - Regulamenta a nova competência material das 1ª a 4ª Varas Cíveis de Nossa Senhora do Socorro; 3) Portaria nº 34/2014 - Regulamenta a mudança de competência material das 1ª e 2ª Varas Cíveis de São Cristóvão; 4) Portaria Normativa 39/2014 - regulamenta a redistribuição de processos de classe 'execução fiscal' das 3ª, 12ª e 18ª varas cíveis para as 20ª e 22ª varas cíveis da Comarca de Aracaju; 5) Portaria Normativa nº 50/2014 - Implementação da Comarca de Malhador com distrito judiciário de Moita Bonita; 5) Portaria 46/2014 - Implementação da comarca de Indiaroba com distrito judiciário de Santa Luzia do Itanhi.

Reuniões com Órgãos Externos

Participação em reuniões com Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradoria do Estado e Procuradoria do Município de Aracaju, para informar sobre as alterações do Código de Organização Judiciária e o cronograma para implementação das alterações.

Redistribuição Automatizada por Ferramenta Própria

Participação na criação da ferramenta de redistribuição automatizada desenvolvida pela Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas.

Acompanhamento da Redistribuição de Feitos

Acompanhamento na utilização da ferramenta de redistribuição utilizada pela Divisão de Apoio da Corregedoria-Geral da Justiça para a redistribuição de processos para as novas varas de família e sucessões da Comarca de Aracaju e dos processos de classe "execução fiscal" das Varas de Fazenda Pública para as Varas de Execuções Fiscais, 20ª e 22ª Varas Cíveis.

Acompanhamento da Distribuição de Novos Feitos

Acompanhamento da distribuição de nova demanda entre as Varas de Família e Sucessões da Comarca de de Nossa Senhora do Socorro, a fim de analisar a necessidade de modificação da competência territorial; e acompanhamento da distribuição de nova demanda entre as Varas de Família e Sucessões da Comarca de Aracaju, a fim de analisar a necessidade de modificação da competência territorial.

Instalação de Novos JECs Comuns em Aracaju

Instalação dos 9º e 10º Juizados Especiais Cíveis COMUNS na Comarca de Aracaju, após estudo de avaliação que percebeu o aumento exponencial da demanda nos Juizados.

Estudo - Competência Territorial Administrativa dos JECs

Elaborado estudo com base na distribuição de casos novos, por bairros, nos Juizados Cíveis existentes para que servisse de base para criação e implantação de novos JECs.

Acompanhamento da Distribuição Prioritária

Após a criação dos novos Juizados e das modificações das 2ª e 5ª Varas Cíveis da Comarca de Aracaju, surgiu a necessidade de criação de uma ferramenta que permita o acompanhamento da distribuição prioritária através do próprio SIJESP e PGRAU, respectivamente.

Serviço Voluntário

Origem: DIMOJ

Elaboração de minuta de resolução para regulamentar e organizar as tarefas que porventura possam ser desempenhadas pelos interessados em colaborar com o serviço público, servindo tal iniciativa como uma via de mão dupla: o Tribunal de Justiça angaria força de trabalho para execução de serviços relevantes, e o voluntariado tem a oportunidade de exercer cidadania, apreender conhecimento prático e técnico sobre serviços judiciais e afins, e absorver experiência para a sua futura profissão.

Projeto Juiz Leigo

Origem: DIMOJ/Divisão dos Juizados Especiais

Elaboração

Foi escrito projeto que visa dar cumprimento à Resolução 174/CNJ (Proc Adm 2933/2013), no que pertine à instituição do Juiz Leigo e todo o impacto causado por ele.

Minuta de Resolução

Elaboração de minutas de Resolução dispondo sobre o ingresso, capacitação e atuação do juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Sergipe.

Sistema Informatizado

Elaboração de projeto adequando o sistema informatizado à nova realidade do Juiz Leigo.

Apresentação

Foi feita uma apresentação a magistrados do Conselho de Coordenação dos Juizados Especiais, para dar ciência dos critérios contidos no projeto e na minuta de resolução, frente à Resolução 174/2013.

Regularização de Processos no 2º Grau de Jurisdição

Origem: Divisão do 2º Grau

Elaboração de estudos sobre resíduo irregular no 2º Grau de Jurisdição, resultando na identificação de 43.850 processos que não deveriam mais constar nos relatórios do sistema informatizado.

Projeto do Processo Eletrônico no 2º Grau de Jurisdição

Origem: Divisão do 2º Grau e Divisão dos Juizados Especiais

Acompanhamento

Em face do desenvolvimento pela equipe técnica da

Secretaria de Tecnologia da Informação, a DIMOJ, através da Divisão do 2º Grau, iniciou o contato direto e constante para que dúvidas fossem sanadas de pronto e que o resultado do produto fosse melhor implementado. As atividades relacionadas do novo sistema do 2º grau: Identificação e acompanhamento de correção de 943 problemas da versão teste.

Capacitação de Multiplicadores

Diante da autorização da Presidência em disponibilizar servidores qualificados e escolhidos pelos setores, foram realizados cursos específicos para dotar esses servidores a servirem como um “braço” da administração, no intuito de acompanharem e orientarem os colegas do setor na adaptação ao novo sistema informatizado de controle do processo judicial eletrônico.

Capacitação dos Servidores

Todos os servidores que estão disponíveis nos gabinetes e setores do 2º Grau de Jurisdição, foram capacitados com a colaboração da EJUSE. A ambientação abrangeu 250 servidores, perfazendo 148 horas de capacitação, entre servidores e multiplicadores.

Capacitação dos Desembargadores

Os desembargadores receberam, por câmara, a capacitação sobre os aspectos jurídicos e práticos do uso do sistema informatizado, com maior ênfase na disponibilização prévia dos votos e o julgamento em sessão.

Implantação e Acompanhamento

Em 27.01.2014 foi implantado o Processo Judicial Eletrônico no 2º Grau de Jurisdição, com a mobilização de servidores para catalogar os problemas e suprir a deficiência dos usuários internos e externos.

Padronização da Consulta Processual Intranet

Origem: Divisão do 2º Grau

Projeto construído que padroniza a consulta de processos judiciais no sistema informatizado, com implementação de ferramentas que permitem um melhor gerenciamento do processo (Proc. Adm.).

Mandado Eletrônico do 2º Grau para Centrais de Mandados do 1º Grau

Origem: Divisão do 2º Grau

A proposta, aprovada como Resolução nº 26/2014, permite que os setores do 2º Grau de Jurisdição expeçam mandados para as centrais de mandados e/ou oficiais de justiça/executores de mandados de todas as comarcas

do Estado de Sergipe, dispensando a carta de ordem ou a baixa em diligência, quando não há necessidade de intervenção judicial.

Acesso a Processos Sigilosos no 2º Grau de Jurisdição

Origem: Divisão do 2º Grau

Por deliberação plenária, foi feito estudo sobre a padronização da forma de dar permissão, nos gabinetes, de acesso aos processos sigilosos, ficando esse acesso restrito ao desembargador e a quem este defina, desde que a ação/recurso tenha pertinência com o processo sigiloso (Proc. Adm. 850/2014).

Ampliação das Permissões de Leitura das Minutas Prévias de Voto no 2º Grau de Jurisdição

Origem: Divisão do 2º Grau

Proposta de alteração do sistema para permitir que os Gabinetes definam quem poderá acessar as minutas de voto prévio dentre seus assessores, nos processos em que este desembargador faça parte da composição.

Definição das Regras de Substituição do Relator Afastado em Definitivo nos Processos Julgados em 2º Grau de Jurisdição

Origem: Divisão do 2º Grau

Foi constatado que o sistema nunca realizou a substituição do Relator aposentado pelo que assumiu a vaga quando o processo já estava julgado, mas não arquivado. Com isso, aproximadamente 22 mil processos não eram apresentados nos relatórios de controle de nenhum Desembargador (Proc. Adm. 1277/2014).

Regularização do Controle de Processos Sobrestados no 2º Grau de Jurisdição

Origem: Divisão do 2º Grau

A Consultoria de Processos Judiciais buscou auxílio da DIMOJ ao constatar que o cadastro de recursos sobrestados da Presidência estava com diversas inconsistências de dados. A DIMOJ elaborou o plano de ação, junto com a SETECI, que foi implementado com sucesso.

Micromapeamentos e Ajustes de Fluxos no Novo Sistema de Controle Processual no 2º Grau de Jurisdição

Origem: Divisão do 2º Grau

Em razão da implantação do novo sistema informatizado do 2º Grau, foram constatados diversos erros que necessitaram de correção. Foi gerado processo administrativo com a lista dos erros cadastrados. Cada um deles necessitou de análise conjuntural e proposição de melhoria (Proc. Adm. 1530/2014).

Modificações no Cadastro de Advogado pela Divisão de Serviços ao Cidadão

Origem: Divisão Cível

Melhorias implementadas no módulo de cadastramento e credenciamento de advogados na estrutura tecnológica do TJSE, destacando que os advogados que estão suspensos ou com as respectivas OAB's canceladas, terão aviso nos processos judiciais.

Processo Judicial Eletrônico nas Varas Cíveis da Capital

Origem: Divisão Cível

Levantamento estatísticos para Virtualização

Análise de dados estatísticos para a elaboração de plano de trabalho para a implantação do processo judicial eletrônico das unidades jurisdicionais cíveis da Comarca de Aracaju.

Visitas técnicas

Visitas técnicas realizadas em 16 unidades jurisdicionais cíveis da capital para analisar fluxo de trabalho antes, durante e após a implantação do processo judicial eletrônico.

Auxílio à DDS/SETECI - novo Sistema de Controle processual Virtual

Acompanhamento durante a migração do sistema informatizado para o novo Sistema de Controle Processual virtual. Medida necessária para a virtualização das unidades jurisdicionais.

Servidor-multiplicador

Definição, mediante indicação dos magistrados titulares das unidades, de dois servidores de cada unidade para serem utilizados como multiplicador das regras e procedimentos do novo sistema informatizado e do processo judicial eletrônico durante dois meses após a virtualização da unidade. Total de 32 servidores-multiplicadores.

Elaboração Cartilha

Elaboração de material visual e de cartilha sobre o novo sistema de controle processual virtual para a virtualização da unidades. Material didático de suporte ao servidor-multiplicador.

Capacitação - Multiplicadores

Aplicação de Curso de capacitação presencial para os 32 multiplicadores. Total de 20 horas-aula, sendo os multiplicadores divididos em 02 turmas. Apresentação teórica e prática para tratar do processo judicial eletrônico e do novo sistema informatizado. Aplicação de avaliação ao final de curso.

Capacitação - Ensino à Distância

Elaborção, análise e tutoria do Curso de Ensino à Distância voltado ao processo judicial eletrônico. Aplicado a todos os demais servidores das unidades jurisdicionais virtualizadas no 1º semestre de 2013, mediante convocação da presidência do TJSE.

1ª Etapa -> Implantação nas Varas de Fazenda Pública e 14ª Vara

Para a implantação do processo judicial eletrônico nas demais unidades cíveis da capital, definiu-se como plano de trabalho que a virtualização seria realizada em duas etapas. A primeira etapa foi a virtualização das Varas de Fazenda Pública e a Vara de Falências e Concordata e Cartas Precatórias - 3ª, 12ª, 14ª e 18ª, no dia 20/05/2014.

2ª Etapa -> Implantação nas Varas Cíveis Residuais

Aplicação da segunda etapa do cronograma de virtualização, foi implantado o processo judicial eletrônico nas Varas Cíveis Residuais localizadas no Fórum Gumersindo Bessa: 1ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 15ª, e 21ª, no dia 10/06/2013.

Implantação na 20ª Vara Cível

Em vista da iminente implantação do processo judicial eletrônico, foi migrado o sistema informatizado da 20ª Vara Cível da Comarca de Aracaju competente para conhecer das execuções ajuizadas pelo Estado de Sergipe, Município de Aracaju, suas Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e Demais Causas Conexas.

Acompanhamento das unidades jurisdicionais virtualizadas

Acompanhamento presencial da nova metodologia de trabalho junto às unidades jurisdicionais onde foi implantado o processo judicial eletrônico.

Acompanhamento à distância

Disponibilização dos servidores da Divisão Cível/DIMOJ para o acompanhamento mediante expedientes eletrônicos (pandion, telefone, e-mail, etc.), para auxiliar no trabalho de servidores e dos multiplicadores no período de adaptação do processo eletrônico.

Composição de Relatório de Acompanhamento de Virtualização

Condensação da dados, relatos e informações relativas as unidades onde foi implantado o processo judicial eletrônico visando correções do sistema e fluxo procedimental para a melhoria dos trabalhos das unidades.

Apresentação do Sistema de Controle Processual Virtual aos Membros da Defensoria Pública e Ministério Público

Realizadas apresentações a promotores de justiça e defensores públicos para informá-los sobre as novas regras e o novo sistema de controle processual virtual a ser utilizado nas unidades cíveis localizadas no Fórum Gumersindo Bessa.

Peticionamento e Comunicações Eletrônicas para as Promotorias Especializadas da Comarca de Aracaju**Origem: Divisão Cível**

Criação de fluxo de trabalho para os Promotores, lotados nas promotorias especializadas (curadorias), no ambiente do Portal do Advogado. Através deste novo módulo aos Promotores Especializados ficam disponibilizadas todas as ferramentas do Portal, dentre elas, peticionamento inicial e geral eletrônicos, recebimento de intimações eletrônicas, consultas a peças eletrônicas etc. Realizada apresentação aos promotores especializados e servidores do MP. Confecção de Manual do Módulo do Promotor Especializado.

Forma de Cadastramento de Classe Execução Fiscal no Portal do Advogado**Origem: Divisão Cível**

Encaminhado à Secretaria de Tecnologia alterações para a forma de cadastramento de processo de Classe Execução Fiscal, para que o sistema informatizado, consoante disciplinado pela Lei nº 6830/80, possibilite ao usuário a anexação de aplicas um tipo de documento eletrônico, já que o Cadastro da Dívida Ativa (CDA) pode estar no mesmo documento da petição inicial

Condensação dos tipos de peticionamento eletrônico no Portal do Advogado

Origem: Divisão Cível

Encaminhado à Secretaria de Tecnologia alterações para a condensação na apresentação aos usuários das 03 formas de Peticionamento Eletrônicos existentes no Portal do Advogado - peticionamento geral, avulso e pedido de vinculação.

Conexão entre os sistemas informatizados de tramitação processual do 1º e 2º graus para encaminhamento de Recursos Eletrônicos

Origem: Divisão dos Juizados Especiais

Definição de regras para o encaminhamento de recursos eletrônicos que tenham como processo origem também em meio eletrônico mediante a utilização de apenas o movimento de remessa com Destino “Tribunal de Justiça”.

Implementação de alteração nos sistemas de controle processual informatizado quanto à correlação da movimentação e o usuário responsável

Origem: Divisão Cível

Após solicitação de alteração junto à Assessoria Especial da Presidência, os sistemas informatizados foram alterados para especificarem corretamente a correlação entre a movimentação processual e o usuário responsável pelo lançamento do movimento no sistema. A partir de então qualquer movimento automático do sistema informatizado, constará sob a rubrica “mov.aut”, retratando, de maneira, fiel, o que ocorre nas movimentações processuais.

Atualização do Manual de Procedimento Judicial

Origem: Divisão Cível

Atualização do Manual de Procedimento Cível do 1º Grau de Jurisdição, adequando-o ao processo judicial eletrônico, e estabelecendo um padrão.

Desenvolvimento Conjunto do Controle de Processos Sobrestados no 1º Grau de Jurisdição

Origem: Divisão Cível e Divisão de Juizados

Desenvolvimento de ferramenta de controle de processos sobrestado no 1º grau de jurisdição em razão de Recurso Repetitivo ou Recurso Extraordinário, em cumprimento à determinação da Assessoria Especial da Presidência solicitado pelo Núcleo de Repercussão Geral e Recurso Repetitivo, conforme Ofício nº 535/2014.

Projeto para Cadastro Eletrônico de Requisições de Pequeno Valor (RPV)

Origem: Divisão Cível

Desenvolvimento de projeto para a expedição eletrônica da Requisição de Pequeno Valor, o que acarretará no gerenciamento de devedores e credores, data de pagamento, acompanhamento das expedições e gerenciamento pelo setor de Precatórios do TJSE bem como consulta pelas partes no Portal do TJSE.

Elaboração de Cartilhas para Servidores do 1º Grau de Jurisdição

Origem: Divisão Cível

Elaboração de cartilhas para auxiliar no desenvolvimento do trabalhos dos servidores bem como inserção das informações junto aos manuais de procedimento, sendo elas: Cartilha sobre o Sobrestamento de processos nos juízos de 1º grau; Cartilha sobre a conexão dos sistemas do 1º e 2º graus para a remessa de recursos.

Elaboração de Manuais para público de Órgão Externo

Origem: Divisão Cível

Elaboração de Manuais para utilização dos Portal do Advogado para os membros da Defensoria Pública

Elaboração de Manual sobre as alterações do cadastro do advogado

Origem: Divisão Cível

Elaboração de manual para explanar as alterações das ferramentas utilizado junto ao sistema informatizado que realiza o cadastro de advogados junto no TJSE

Projeto “Carta Precatória Digital e Mandado Eletrônico”

Origem: Divisão Cível

Projeto

Elaboração de estudos voltados a dois focos essenciais no que pertine à Carta Precatória: (1) melhoria da rotina de tramitação e informações nos procedimentos que a originaram; (2) redução do uso da deprecata quando se tratar de atos processuais de mera comunicação, o que determinaria a utilização do mandado eletrônico para ser cumprido fora dos limites da comarca expedidora.

Implantação

Será implantado no próximo dia 17/11/2014 a 1ª etapa do projeto, qual seja, a possibilidade de expedição de mandados eletrônicos entre comarcas diversas. Neste caso, foram feitas reuniões com a SETECI, com a CGJ, Presidência e DIMOJ, com produção de comunicados oficiais aos envolvidos, e com preparação de notícia veiculada no site do TJSE.

Elaboração de Cartilha

Foi escrito um pequeno “passo-a-passo” para os servidores das unidades jurisdicionais para expedição de mandados eletrônicos a serem cumpridos fora dos limites da comarca. Esse documento foi levado também ao conhecimento dos oficiais de justiça/executores de mandados.

Reordenamento de relatórios de controle do Sistema de Controle Processual Virtual

Origem: Divisão Cível

Realizado análise para reordenamento dos relatórios de controle disponíveis no Sistema de Controle Processual Virtual com o encaminhamento do estudo à Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas da Secretaria de Tecnologia

Disponibilização da Manifestação por Cota pelos Defensores Públicos

Origem: Divisão Cível

Realizadas várias reuniões solicitadas pela Corregedoria da Defensoria Pública para tratar a possibilidade de manifestação por cota pelos Defensores através do Portal do Advogado. A ferramenta criada disponibiliza caixa de texto passível do apontamento da cota do Defensor, gerando uma facilitação no fluxo de trabalho dos defensores no Portal do Advogado.

Projeto para controle Eletrônico dos processos de Adoção

Origem: Divisão Cível

Criação de ferramentas de controle e gerenciamento dos processos de Adoção para aperfeiçoar a prestação jurisdicional e amenizar as consequências traumáticas da morosidade do julgamento caso implique em reversão dos laços afetivos já constituídos.

Calculadora de Detração Penal da lei 12.736/13

Origem: Divisão Criminal

Plano de ação elaborado para implementação de procedimentos e ferramentas de suporte ao magistrado para aplicação da detração penal no juízo de conhecimento em cumprimento à LEI 12.736/13 e à Res. 180/CNJ.

Vinculação do número do prontuário SAP para réus presos

Origem: Divisão Criminal

Através desse elemento identificador, o TJSE passa a ter um controle total sobre a população carcerária sob sua jurisdição. A partir da vinculação do prontuário SAP à parte os erros nas comunicações processuais foram quase que eliminados, a movimentação prisional passa a ser reverberada em todos os processos vinculados à pessoa, o cumprimento de mandados de prisão e alvarás de soltura fora otimizado.

CIFAP - Controle Integrado de Fiscalização e Acompanhamento das Obrigações Penais

Origem: Divisão Criminal

Mecanismo de controle das medidas cautelares diversas da prisão, das medidas e penas alternativas, das condições do livramento condicional e do regime aberto, agregado ao sistema de controle processual e ao Portal Criminal do TJ/SE, por meio do qual informações detalhadas e atualizadas sobre as obrigações impostas em processos criminais são disponibilizadas, em tempo real, aos órgãos jurisdicionais e aos sujeitos responsáveis pela segurança pública através do Portal Criminal, bem como à sociedade em geral através do site do TJSE. Ao aplicar uma das medidas restritivas diversas da prisão, o órgão jurisdicional alimenta o banco de dados com a(s) espécie(s) de medida aplicada

e a partir desse momento a informação estaria disponibilizada no site do TJSE e no Portal Criminal. Os policiais em suas abordagens cotidianas, ao verificar que algum indivíduo não está cumprindo a restrição confeccionará um Auto de Constatação de Descumprimento (ACD) que após a aprovação de um oficial ou delegado será enviado ao juízo criminal através do Portal Criminal. Além disso, qualquer cidadão, de posse da informação extraída no site do TJSE, poderá entrar em contato com os órgãos policiais solicitando a abordagem de indivíduos que se encontrem em flagrante descumprimento das medidas restritivas. Aguarda desenvolvimento de versão simplificada pela DDS.

APF eletrônico para plantão judiciário

Origem: Divisão Criminal

Minuta de instrução normativa conjunta entre TJSE, SSP/SE, MP/SE e DPE sobre auto de prisão em flagrante por email nos plantões - Proc Adm nº 5127/13. Aguarda Parecer da PGE para assinatura.

Julgamento colegiado de organizações criminosas - Inf. 055 - resposta ao Proc Adm nº 1455/13

Origem: Divisão Criminal

Resolução nº 19/13 - Regulamenta a composição do colegiado para julgamento de feitos envolvendo organizações criminosas, na forma da Lei 12.694, de 24 de julho de 2012.

Ferramenta de sorteio dos ciclos da escala de plantão de magistrados

Origem: Divisão Criminal

Ferramenta desenvolvida pela DIMOJ, com auxílio da DIRPLAD, em face da mudança de regras de sorteio decorrentes da Portaria nº 62 e por não haver tempo hábil, segundo a SETECI, para o desenvolvimento de ferramenta no sistema do TJSE.

Projeto - plantão judiciário eletrônico

Origem: Divisão Criminal

Projeto que visa estabelecer procedimento eletrônico e unificado para tramitação de processos nas unidades plantonistas que atuam em comarcas com mais de uma vara.

Implantação de mandados de prisão e alvarás de soltura eletrônicos na Vara de Execuções Criminais

Origem: Divisão Criminal

Plano de ação para implementação do procedimento de controle e expedição eletrônica de mandados de prisão e alvarás de soltura na Vara de Execuções Criminais.

Projeto de Adaptação da Coordenadoria de Perícias

Origem: Divisão dos Juizados Especiais

Criação do gerenciamento completo da Coordenadoria de Perícias, principalmente sobre as perícias Psicossociais. As adaptações foram projetadas e entregues a SETECI.

Implantação dos Relatórios de Controle Processual no JECrim

Origem: Divisão dos Juizados Especiais

Implantação e disponibilização dos relatórios de controle gerenciais e de atividades no Juizado Especial Criminal de Aracaju que permitirá um controle mais eficiente sobre os processos que tramitam na unidade.

Competência Territorial Administrativa dos JECs/Aju

Origem: Divisão dos Juizados Especiais

Modificação da competência territorial administrativa dos Juizados Especiais de Aracaju, por meio da Resolução 21/2014.

Alteração no sistema SIJESP no tocante a redistribuição das Cartas Precatórias do 6º Juizado para 14ª vara Cível

Origem: Divisão dos Juizados Especiais

Modificação do SIJESP para que as cartas precatórias pudessem ser redistribuídas para o sistema PGRAU.

É de extrema importância o alinhamento da tecnologia da informação com as políticas de gestão, visando eficiência e celeridade em procedimentos necessários para atender às necessidades do Tribunal de Justiça de Sergipe. Com esse objetivo, **foram investidos em tecnologia R\$ 15.289.387,92** na gestão do Desembargador Cláudio Déda, sendo R\$ 4,8 milhões em 2013 e mais R\$ 10,4 milhões em 2014.

Dentro do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (Petic) foram realizados projetos para servirem como base de melhoria das políticas de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O primeiro foi a elaboração do Plano Anual de Capacitação Funcional, que objetiva promover ações de educação corporativa, alinhadas à missão, à visão e aos valores institucionais do Planejamento Estratégico, potencializando a aquisição e o aperfeiçoamento de competências individuais e coletivas, estimulando o desenvolvimento integral dos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação, proporcionando, assim, um investimento de R\$ 177.000,00 em capacitação em 2014.

Outro projeto iniciado foi o de melhoria da qualidade dos serviços de TIC. Na primeira fase, foram organizadas e estruturadas as rotinas para atendimento de chamados, através dos processos de incidentes, requisições e problemas. Tais processos visam dar suporte à criação do service desk, em substituição ao call center ainda vigente. Mais um pilar importantíssimo dessas melhorias foi a implantação do processo de planejamento, execução e gerenciamento de contratos seguindo o que preceitua a Resolução 182 do CNJ, através da Portaria 54/2014 GP1 do TJSE.

Também foi efetivado o Comitê Gestor de Segurança, que é responsável por orientar as ações e investimentos em segurança da informação do TJSE, que normatizou a Política de Segurança da Informação, definindo a forma de utilização dos usuários (servidores e magistrados) da internet, email, da rede de informações, além de direitos e deveres em relação ao uso dos sistemas.

Em novembro de 2013, foi realizado o **primeiro workshop de Governança de TIC do Poder Judiciário de Sergipe**, com o intuito de fomentar a aplicação da Governança de TIC e a aliança estratégica nos Tribunais (TRT, TRF, TRE e TJ) do Estado, buscando, cada vez mais, o alinhamento estratégico com as diretrizes das Resoluções 90 e 99 do CNJ, como também uma melhoria de integração e comunicação entre os setores internos do TJSE. O evento foi muito positivo porque promoveu o intercâmbio de informações com a reunião de todos os



integrantes da Justiça do Estado de Sergipe contando com a presença de palestrantes do CNJ.

Dando continuidade ao **Programa de Gestão e Otimização das Rotinas de Trabalho** na área judicial, foram virtualizadas as Varas de Fazenda Pública (3ª, 12ª e 18ª Varas Cíveis), as Varas Cíveis Comuns (1ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 14ª, 15ª, 21ª) e a 20ª Vara de Execução Fiscal, todas de Aracaju. Foi disponibilizado o Sistema de Controle Processual do 2º Grau Eletrônico (SGRAU), um dos sistemas mais complexos do Poder Judiciário, já que atende a 26 órgãos internos, num total de mais de 300 usuários, além de possuir módulos de interligação que atende a vários órgãos externos (STF, STJ, Ministério Público, Defensoria Pública, Banco do Brasil e Banese).

Para efetivar a virtualização da área judicial, faz-se necessário a construção e o constante aprimoramento/adequação de ferramentas que auxiliem os trabalhos, por isso foram implantadas as seguintes ferramentas:

- Visualizador do processo eletrônico – Ebook
- Módulo da Promotoria Especializada do Módulo do Ministério Público Estadual
- Carta Precatória Eletrônica
- Mandado Eletrônico entre as Comarcas - 1º e 2º Graus
- AR Digital
- Ampliação do Mandado de Prisão Eletrônico para a Vara de Execuções Criminais
- Módulo da Central Plantonista
- Expansão do Módulo do Protocolo Integrado
- Módulo de Controle de Medidas Protetivas:
 - 1º Fase - integração com o CIOSP, violência doméstica contra a mulher

- 2º Fase – implantação nas demais unidades judiciárias
- 3º Fase – ampliação do acompanhamento para as demais medidas protetivas
- Aprimoramento nos módulos de Réu Preso, Adoção e Prestação Pecuniária
- Aprimoramento de versão do Sistema de Vídeo-audiências
- Aprimoramento do Sistema da Vara de Execuções Criminais
- Aprimoramento da interface da ferramenta das Tabelas Processuais Unificadas

Dando continuidade ao Programa de Gestão e Otimização das Rotinas de Trabalho na área administrativa, foi dado andamento ao levantamento de requisitos para o projeto de virtualização dos processos administrativos e iniciada a homologação dos módulos que já foram desenvolvidos. O Sistema de Atos e Portarias também foi alterado para atender à Resolução nº 25/2012, visando agilizar a publicação dos atos e das portarias, e a comunicação entre os setores que irão efetivar as determinações contidas neles. Implantação do primeiro fluxo do processo eletrônico administrativo, o de compras.

Os sistemas de apoio às áreas judiciais e administrativas também evoluíram, como o **Sistema de Controle de Plantão do 1º Grau** para atender à Portaria 62 de 2013 do TJSE, o Sistema de Administração do Arquivo Judiciário implementando funcionalidades para facilitar o descarte de processos dos Juizados, atendendo assim à Resolução 38/2012 do TJSE. Foi realizada a adequação dos Sistemas de Mandados, Custas Judiciais, Arquivo Judicial e do Núcleo de Postagem para atender às peculiaridades do Sistema Controle Processual Eletrônico do 2º Grau. E, para melhorar a comunicação junto à sociedade, tanto o site do TJSE, como o Portal da Agência de Notícias, foram totalmente reformulados, deixando-os mais leve e acessível à tecnologias mobile. Foi criado também o Portal da Conciliação.

Visando dar uma maior celeridade e segurança ao trâmite processual, foram desenvolvidas e ampliadas integrações utilizando a tecnologia de *WebServices* (troca de informações pela internet), para trocar informações com órgãos parceiros:

- TRE: ampliação no serviço de troca de informações das movimentações processuais e do Sistema de Registro Civil com o Sistema Integra;
- PGE: recepção dos dados processuais, manutenção de dados cadastrais dos procuradores e envio das Pautas de Leilão, Audiências e Julgamentos do 2º grau e Turma Recursal;
- Bancos (Brasil e Banese): desenvolvimento do projeto do alvará judicial eletrônico.

Para dar suporte a essas iniciativas foram executados alguns projetos. O primeiro foi o **Projeto de Instalação e Modernização de Computadores e Equipamentos** (P033 do PETIC), que visou à substituição dos desktops com mais de três anos de uso em toda a área judicial e administrativa, bem como a instalação de equipamentos para melhor auxiliar a prestação dos serviços do TJSE:

O segundo foi o Programa de Ampliação de Infraestrutura de TIC (P019 do PETIC), que visou garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais. Para garantir os objetivos desse programa, foram ampliados os links de internet de 15 Mega Bytes para 50 Mega Bytes, bem como os links de comunicação com as Comarcas, que foram, no mínimo, quadruplicados, visando suportar o aumento de tráfego previsto com a implantação da virtualização em todo o Estado. Além disso, foram feitos investimentos em vários equipamentos e softwares visando ao aumento do processamento, armazenamento e segurança dos serviços de TIC:

Equipamento	Quantidade	Investimentos (R\$)		
		TJSE	CNJ	Total
Computadores	3447	3.860.430,00	3.519.487,22	7.379.917,22
NoBreaks	1947	0,00	552.804,50	552.804,50
Scanners	318	416.485,00	50.400,00	466.885,00
Impressoras	500	548.000,00	0,00	548.000,00
Multifuncionais	120	419.880,00	0,00	419.880,00
Mesas/Caixas de Som	4	54.549,98	0,00	54.549,98
Microfones	100	26.580,00	0,00	26.580,00
Projetores	13	39.163,10	0,00	39.163,10
Lifts	6	15.000,00	0,00	15.000,00
Telas Elétricas	7	16.623,23	0,00	16.623,23
Total	6462	5.396.691,31	4.122.691,72	9.519.383,03

O segundo foi o **Programa de Ampliação de Infraestrutura de TIC** (P019 do PETIC), que visou garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais. Para garantir os objetivos desse programa, foram ampliados os links de internet de 15 Mega Bytes para 50 Mega Bytes, bem como os links de comunicação com as Comarcas, que foram, no mínimo, quadruplicados, visando suportar o aumento de tráfego previsto com a implantação da virtualização em todo o Estado. Além disso, foram feitos investimentos em vários equipamentos e softwares visando ao aumento do processamento, armazenamento e segurança dos serviços de TIC:

Equipamento / Software	Investimentos (R\$)
Aquisição, instalação e treinamento do Sistema Operacional Red Hat	362.196,18
Aquisição, instalação e treinamento do Vmware	921.851,52
Servidores Blades	759.005,50
Servidores Storage - Sistema 3PAR 7400	1.929.520,30
Sistema de Nuvem Privada - Matrix	337.260,21
Switch Fiber Channel – Comunicação entre storages	257.272,00
Anti-spam	7.990,00
Aquisição de certificados digitais A1 e A3	63.850,00
Total	4.638.945,71

Valorização das Comarcas do interior

A maior parte dos investimentos em TIC foi para a melhoria da infraestrutura física das localidades mais distantes da capital, com a modernização dos equipamentos antigos de acordo com a necessidade de cada Comarca e a ampliação da velocidade dos links de comunicação. Cabe salientar que o aumento dos links de internet, bem como o aumento da capacidade de processamento e armazenamento afeta diretamente a melhoria do trabalho de todas as Comarcas. Houve, ainda, um aprimoramento de versão do Sistema de Vídeo-audiência para as gravações melhorando a performance, uma maior segurança dos dados armazenados, e uma maior facilidade para os usuários terem acesso às gravações já publicadas.



Nos dois últimos anos, o TJSE investiu cerca de R\$ 17,3 milhões em obras. Quando o Desembargador Cláudio Deda assumiu a Presidência do TJSE, em fevereiro de 2013, o volume de recursos investidos em construções, reformas e ampliações totalizava R\$ 3,2 milhões. Ao final de 2014, somou-se mais R\$ 6,5 milhões destinados para obras em execução e novas e, recentemente, investiu-se mais R\$ 7,6 milhões no setor de engenharia.

A Presidência do TJSE solicitou, ao governo do Estado, uma área de 31.476,67 m² em frente ao Arquivo Judiciário, que já foi doada. O objetivo inicial é a construção de um estacionamento externo para resolver o problema do Fórum Gumersindo Bessa, que hoje tem uma deficiência de mais de 200 vagas, para abrigar servidores, advogados e público externo. A área deve ser resguardada, também, para a construção de prédios que abriguem, futuramente, o Palácio da Justiça, o Centro Administrativo e o Centro Médico Tecnológico.

Somente em 2013, o Departamento de Obras realizou 682 atendimentos, tanto em manutenções preventivas como corretivas nas diversas unidades jurisdicionais. Em 2014, foram mais de 600 chamados para manutenções preventivas e corretivas. Foi contratada empresa, através de certame licitatório, no valor de R\$ 1.453.100,10, visando prestar mais celeridade, eficiência e economicidade na execução de pequenos reparos.

Todos os projetos relativos aos Novos Fóruns Integrados III foram elaborados e concluídos. O início da Construção, por se tratar de uma obra de grande porte e de vultoso gasto financeiro, está adstrita à disponibilidade de recursos futuros. Já a obra de construção do novo Almoxarifado Central está em tramitação, em fase de autorização por parte da Presidência deste Poder, para contratação dos Projetos Complementares.

Existiam em execução, no momento da Nova Gestão ter assumido a Presidência do TJSE, as seguintes obras:

Reforma e Ampliação do Fórum Juiz Aloísio Vilas Boas (Nossa Senhora da Glória)
Reforma do Fórum Gumersindo Bessa (Aracaju)
Construção do novo Fórum de Pacatuba (Pacatuba)
Reforma e Construção do Reservatório Inferior do Fórum Des. Luiz Rabelo Leite (São Francisco)
Reforma e Ampliação do Fórum Des. José Nolasco de Carvalho (Poço Redondo)
Reforma e Construção da Guarita do Fórum Felisberto Freire (Itaporanga D'Ajuda)
Reforma do Fórum Des. Luís Carlos Fontes de Alencar – 16 Vara Cível – Juizado de Menores (Aracaju)
Reforma e Construção do Reservatório do Fórum João Leal Soares (Tomar do Geru)
Reforma do Fórum Des. João Baptista da Costa Carvalho (Santa Luzia do Itanhy)
Reforma e Construção do Reservatório Inferior do Fórum Juíza Maria Rita Soares de Andrade (Malhador)
Reforma do Fórum Des. José Sotero Vieira de Mello e Construção do Reservatório Inferior (Rosário do Catete)
Reforma do Fórum Dr. Osman Hora Fontes (Riachão do Dantas)
Construção do Estacionamento em frente ao Arquivo Judiciário, Des. Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila (Aracaju)
Reforma do Fórum Ministro José Arnaldo da Fonseca (Pedra Mole)
Reforma do Fórum de Tobias Barreto
Reforma e Ampliação do Fórum da UFS
Reforma e Ampliação do Fórum de Carmópolis
Reforma e Ampliação do Fórum de Aquidabã
Reforma do Fórum de Pirambu

As obras iniciadas após a Gestão do Des. Cláudio Dinart Déda Chagas foram:

Reforma do Fórum Desembargador José Antônio de Andrade Góes (Neópolis)
Reforma do Fórum Juiz José Bezerra dos Santos (Japoatã)
Reforma do Fórum Juiz José Dantas Fontes (São Miguel do Aleixo)
Reforma do Fórum Paulo Moura (Moita Bonita)
Construção da Guarita do Fórum Juiz João Sobral Garcez Sobrinho (Carira)
Reforma do Almoxarifado Central do TJSE – Fóruns Integrados II (Aracaju)
Reforma do Fórum Monsenhor Carlos Cameliu Costa (Muribeca)
Reforma do Fórum Des. Fernando Ribeiro Franco e Construção da Guarita (Aracaju)
Ampliação do Fórum Felisberto Freire (Itaporanga D'Ajuda)
Reforma do Fórum Des. Pedro Barreto de Andrade e a construção da guarita (Socorro)
Reforma do Prédio e Construção do muro do Fórum Ministro Heitor de Souza (Estância)
Serviços de engenharia, por meio de concretagem, para a desratização nas imediações do Palácio da Justiça e Centros Administrativos I e II (Aracaju)
Mudança do quadro de medição elétrico do Fórum Juiz Rosalvo Vieira (Pedrinhas)
Instalação de divisórias no Protocolo Integrado do Fórum Gumersindo Bessa (Aracaju)
Serviços de Reforma da sala dos Conciliadores dos Fóruns Integrados III (Aracaju)
Serviços de Reforma do telhado dos Fóruns Integrados III (Aracaju)
Reforma da Cobertura do Salão do Júri do Fórum Dr. Otávio de Souza (Cristinápolis)
Reforma do Fórum Fausto de Aguiar Cardoso (Itabi)
Reforma do Fórum Monsenhor Alberto Bragança de Azevedo (Japaratuba)
Construção do Novo Fórum de Cedro de São João
Adequação do espaço dos atendimentos no Fórum Mauricio Graccho Cardoso (Itabaiana)
Construção de Abrigos para instalação de grupos geradores nos Fóruns Integrados I – Unidade Maria Virgínia Leite Franco; Fóruns Integrados II – Unidade Ministro Arnaldo Leite Rolemberg e Fóruns Integrados IV – Desembargador Fernando Ribeiro Franco (Aracaju)
Reforma do Fórum Des. Antônio Xavier, construção da guarita e custódia (Barra dos Coqueiros)
Construção de Custódia para Presos no Fórum Gonçalo Rolemberg Leite (UFS, São Cristóvão)
Reforma do Fórum Dr. Francisco Vieira de Andrade (Capela)
Execução da obra de Elevação do Muro do Fórum Flávio da Rosa Melo (Frei Paulo)
Reforma do Palácio da Justiça – 2º, 3º, 4º, 6º e 7º Pavimentos (Aracaju)
Serviços de contenção da infiltração no imóvel vizinho aos Fóruns Integrados II (Aracaju)
Serviços de Reforma do Fórum Dr. Fernando Maynard (General Maynard)
Serviços de limpeza e desobstrução das caixas de esgoto do Fórum Gumersindo Bessa (Aracaju)
Conserto de infiltração na Sala da Promotoria do Fórum José Carvalho Déda (Poço Verde)
Reforma do Fórum João Leal Soares (Tomar do Geru)
Reforma da Sala de Atendimento e do W.C. da 4ª Vara de Assistência Judiciária (Aracaju)
Serviços de Mudança da Sala do CPD dos Fóruns Integrados III (Aracaju)
Reforma do Fórum Des. Humberto Diniz Sobral (Nossa Senhora das Dores)
Serviços de reparo no muro externo do Fórum Alberto Deodato (Maruim)
Serviços de Iluminação Natalina do Memorial do Judiciário (Aracaju)
Sinalização das escadas nos Fóruns Integrados III (Aracaju)
Serviços de Reforma do Pleno e das Câmaras Cível e Criminal do Palácio da Justiça (Aracaju)
Reforma da Fachada do Centro Tecnológico (Aracaju)
Reforma do Fórum Alberto Deodato e Construção de sua Guarita (Maruim)
Reforma do Telhado da Recepção do Fórum Ministro Geraldo Barreto (Carmópolis)
Reforma do Fórum Serapião Aguiar Torres (Malhada dos Bois)
Reforma para implantação do Laboratório de Informática da Ejuse no Anexo II (Aracaju)
Reforma do Fórum Juiz José Emídio da Costa Sobrinho (Pinhão)

Foram concluídas, em 2013, totalizando R\$3.269.532,17, as obras a seguir:

Reforma e Construção do Reservatório Inferior do Fórum de São Francisco;
Reforma do Fórum de Tobias Barreto
Reforma do Fórum de Pirambu
Reforma e Ampliação do Fórum de Carmópolis
Reforma e Ampliação do Fórum de Aquidabã
Reforma e Ampliação do Fórum da UFS
Reforma do Fórum de Malhador
Reforma do Fórum de Rosário do Catete
Reforma do Fórum de Santa Luzia do Itanhi
Reforma do Fórum de Riachão do Dantas
Reforma do Fórum de Pedra Mole
Reforma do Fórum de Japoatã
Reforma do Fórum de São Miguel do Aleixo;
Reforma do Fórum de Moita Bonita
Reforma do Fórum de Muribeca
Reforma do Fórum de Cristinápolis
Reforma do Fórum de Frei Paulo
Reforma e Ampliação do Fórum de Nossa Senhora da Glória
Reforma e Construção do Reservatório do Fórum de São Francisco
Reforma da 16ª Vara Cível (Aracaju)
Reforma do Fórum Gumersindo Bessa (Aracaju)
Serviços de engenharia para a desratização nas imediações do Palácio da Justiça (Aracaju)
Mudança do Quadro de Medição Elétrico do Fórum Juiz Rosalvo Vieira (Pedrinhas)
Instalação de divisórias no Protocolo Integrado do Fórum Gumersindo Bessa (Aracaju)
Serviços de Reforma da sala dos Conciliadores dos Fóruns Integrados III (Aracaju)
Serviços de Reforma do telhado dos Fóruns Integrados III (Aracaju)
Adequação do espaço de atendimentos no Fórum Maurício Graccho Cardoso (Itabaiana)
Serviços de limpeza das caixas de esgoto do Fórum Gumersindo Bessa (Aracaju)
Conserto de infiltração na Promotoria do Fórum José Carvalho Deda (Poço Verde)
Reforma da Sala de Atendimento e do W.C. da 4ª Vara de Assistência Judiciária (Aracaju)
Serviços de Mudança da Sala do CPD dos Fóruns Integrados III (Aracaju)
Serviços de reparo no muro externo do Fórum Alberto Deodato (Marum)
Serviços de Iluminação Natalina do Memorial do Judiciário (Aracaju)

Novo Fórum da Comarca
de Pacatuba



Entre as necessidades prementes de reforma, ampliação e construção das unidades jurisdicionais, totalizando R\$ 6.517.885,00, foram concluídos os serviços, durante o ano de 2014, nas seguintes unidades:

Reforma do Fórum de Nossa Senhora das Dores
Reforma da Fachada do Anexo Administrativo II
Construção do Novo Fórum de Pacatuba
Reforma e Ampliação do Fórum de Poço Redondo
Reforma do Prédio e Construção do Muro do Fórum de Estância
Reforma do Fórum da Barra dos Coqueiros
Reforma do Fórum do Marcos Freire II
Reforma do Fórum do Santa Maria
Reforma do Fórum de Itaporanga D'Ajuda
Reforma do Fórum de Neópolis
Reforma do Fórum de Tomar do Geru
Construção de Abrigos para Geradores nos Fóruns Integrados I, II e IV
Reforma do Fórum de Itabi
Reforma do Fórum de Japaratuba
Reforma do Fórum de General Maynard
Reforma do Tribunal Pleno e das Câmaras Cíveis e Criminais do TJ
Adequação para Instalação da Comarca de Indiaroba e Malhador
Reforma do Palácio da Justiça – 2º, 3º, 4º, 6º e 7º pavimentos (Aracaju)
Reforma do Fórum Alberto Deodato e Construção de sua Guarita (Maruim)
Reforma do Telhado da Recepção do Fórum Ministro Geraldo Barreto (Carmópolis)
Reforma do Fórum Serapião Aguiar Torres (Malhada dos Bois)
Reforma do 8º Andar do Anexo II para Laboratório de Informática da Ejuse (Aracaju)

Estão em fase de início dos serviços, totalizando R\$7.632.778,59, as seguintes unidades:

Reforma dos Fóruns Integrados I
Reforma dos Fóruns Integrados III
Reforma do Fórum de Canindé do São Francisco
Reforma na CEJUSC no Fórum de Nossa Senhora do Socorro
Conclusão da Guarita do Fórum de Carira
Reforma do Fórum de Gararu
Reforma no Fórum Gumersindo Bessa
Reforma do Fórum de Laranjeiras
Construção da Passarela Metálica interligando os Prédios Anexo I e Anexo II
Reforma na Sala de Aula na Ejuse
Reforma do Fórum de Propriá
Construção do Fórum de Simão Dias
Adaptação para Funcionamento da Segunda Vara do Fórum de Simão Dias

Divisão de Psicologia

2013

Núcleo/Sede	Saldo inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
1º - Aracaju	41	567	527	81
2º - Nossa Senhora do Socorro	7	114	105	19
3º - Estância	109	633	542	200
4º - Lagarto	2	346	273	75
5º - Itabalana	7	288	255	40
6º - Propriá	41	229	215	55
Totais	207	2177	1914	470

11ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju

Saldo inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
90	180	210	60

2014

Núcleo/Sede	Saldo inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
1º - Aracaju	81	587	550	18
2º - Nossa Senhora do Socorro	19	153	155	17
3º - Estância	200	273	189	284
4º - Lagarto	75	257	233	99
5º - Itabalana	40	110	114	36
6º - Propriá	55	229	198	88
Totais	470	1609	1437	642

11ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju

Saldo inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
60	180	224	16

Divisão de Serviço Social				
2013				
Núcleo/Sede	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
1º - Aracaju	133	1902	1764	271
2º - Nossa Senhora do Socorro	11	103	109	5
3º - Estância	109	633	542	200
4º - Lagarto	29	319	303	45
5º - Itabaiana	27	222	217	32
6º - Propriá	23	166	144	47
11ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju				
Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final	
16	173	150	39	
2014				
Núcleo/Sede	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
1º - Aracaju	271	1590	1523	338
2º - Nossa Senhora do Socorro*	0	0	0	0
3º - Estância	200	462	335	327
4º - Lagarto	45	279	248	76
5º - Itabaiana	32	340	226	146
6º - Propriá	47	288	211	124
Totais	595	2969	2543	1011

*A demanda do 2º Núcleo foi absorvida pelo 1º, devido ao Analista Judiciário/Serviço Social estar à disposição do Sindijus

Estatística da 6ª Vara Criminal – Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes

Anos	Atendimentos
2009	02
2010	21
2011	89
2012	104
2013	159
2014*	100

*Dados até outubro de 2014

Estatística da 7ª Vara Criminal - Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas

Total de Intervenções – Psicologia		Total de Intervenções – Serviço Social	
2013	2014*	2013	2014*
11.300	12.308	11.384	11.300*

*Dados até outubro de 2014

Estatística da 10ª Vara Criminal – Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Estabelecimentos Penais do Estado de Sergipe

Ano	Clientela alvo	Visitas	Dinâmica de Atendimento	Atendimento de Demanda
2013	2095	102	9898	2238
2014*	2307	97	8977	2187

*Dados até outubro de 2014

Divisão de Contabilidade

Período	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
2013	187	1085	945	327
Janeiro a Outubro/2014	327	1307	1175	459

Divisão de Perícias Médicas – Peritos Internos

2013				
Especialidades	Agendadas	Realizadas	Não realizadas	Em andamento
Psiquiatria	1157	658	501	09 *
Medicina do Trabalho	434	356	78	117**
2014				
Especialidades	Agendadas	Realizadas	Não realizadas	Em andamento
Psiquiatria	1492	747	745	32*
Medicina do Trabalho	607	391	216	71**

*Solicitação de relatório/Atestados médicos

**Solicitação de exames e relatórios médicos

Peritos Internos – Engenharia Civil

2013	Processos			2014	Processos		
	Cíveis / Privativa / JEC				Cíveis / Privativa / JEC		
Mês	Visitas agendadas	Visitas realizadas	Laudos**	Mês	Visitas agendadas	Visitas realizadas	Laudos**
Janeiro	15	8	2	Janeiro	23	15	5
Fevereiro	10	8	9	Fevereiro	22	13	10
Março	13	7	6	Março	20	12	11
Abril	12	8	14	Abril	21	10	17
Maio	16	9	7	Maio	22	12	10
Junho	14	9	21	Junho	19	13	5
Julho	0	0	0	Julho	17	12	27
Agosto	17	8	3	Agosto	27	12	12
Setembro	16	11	7	Setembro	26	11	20
Outubro	14	10	14	Outubro	28	13	15
Novembro	13	8	10	Novembro	-	-	-
Dezembro	9	6	7	Dezembro	-	-	-
Total	149	92	100	Total	225	123	132

Peritos Externos – Coordenadoria de Perícias Judiciais – 2013		
Especialidades	Perícias solicitadas	Valores dos honorários periciais
Angiologista	6	R\$ 4.368,80
Clínica Médica e Endocrinologia	40	R\$ 23.559,40
Cardiologia	26	R\$ 14.482,00
Cirurgião Plástico	1	R\$ 800,00
Corretor de imóveis	6	R\$ 4.803,02
Documentólogo	2	R\$ 1.933,00
Dermatologia	10	R\$ 5.934,40
Engenharia Agrônoma	12	R\$ 12.830,24
Engenharia de Segurança do Trabalho	87	R\$ 83.737,60
Engenharia Elétrica	10	R\$ 7.065,42
Engenharia Mecânica	8	R\$ 7.803,80
Fonoaudiologia	4	R\$ 2.778,00
Ginecologia	4	R\$ 3.350,00
Grafotécnico	51	R\$ 36.800,80
Hematologia/Hemoterapia	3	R\$ 2.300,00
Infectologia	3	R\$ 2.300,00
Libras	8	R\$ 4.106,40
Neurologista	57	R\$ 33.862,83
Oncologia	6	R\$ 3.684,40
Odontologia	6	R\$ 5.303,20
Oftalmologia	47	R\$ 30.212,40
Ortopedia	437	R\$ 272.203,20
Pneumologia	11	R\$ 9.593,60
Transcrição áudio (CD e DVD)	1	R\$ 1.200,00
Topografia	21	R\$ 22.380,40
Tradutor/Interprete – Inglês	1	R\$ 43,71
Tradutor/Interprete – Francês	1	R\$ 300,00
Tradutor/Interprete – Espanhol	2	R\$ 2.103,20
Urologia	10	R\$ 7.306,40

* Os dados de honorários periciais foram obtidos a partir do relatório de perícias – orçamento anual – sistema de agendamento de perícias;

** As perícias externas, num total de 31 especialidades, somaram em 2013: R\$ 607.880,62 (seiscentos e sete mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e dois centavos), tendo sido realizados 881 (oitocentos e oitenta e um) atendimentos, perfazendo um valor médio, por perícia, de R\$ 689,98 (seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos).

*** Constam, neste relatório estatístico, apenas as especialidades periciais em que houve agendamento pericial.

Peritos Externos – Coordenadoria de Perícias Judiciais – janeiro a outubro de 2014		
Especialidades	Perícias solicitadas	Valores dos honorários periciais *
Ciências da Computação	4	R\$ 3.200,00
Clínica Médica e Endocrinologia	34	R\$ 27.576,90
Cardiologia	21	R\$ 14.651,00
Cirurgião Plástico	8	R\$ 9.006,00
Corretor de imóveis	9	R\$ 9.747,20
Dermatologia	23	R\$ 14.534,40
Engenharia Agrônoma	10	R\$ 12.053,20
Engenharia de Segurança do Trabalho	126	R\$ 124.454,00
Engenharia Elétrica	8	R\$ 7.024,00
Engenharia Química	2	R\$ 2.200,00
Engenharia Mecânica **	12	R\$ 12.103,20
Engenharia Química/Sanitarista e Ambiental	3	R\$ 2.736,40
Fonoaudiologia	16	R\$ 8.795,80
Fisioterapia	2	R\$ 1.300,00
Ginecologia	4	R\$ 3.215,60
Grafotécnico	124	R\$ 92.558,11
Hematologia/Hemoterapia	3	R\$ 2.324,00
Infectologia	1	R\$ 1.200,00
Libras	1	R\$ 724,00
Neurologista	111	R\$ 79.495,94
Oncologia	16	R\$ 10.721,94
Odontologia	8	R\$ 6.633,60
Oftalmologia	42	R\$ 29.201,20
Ortopedia	532	R\$ 373.377,53
Papiloscopia	3	R\$ 1.634,40
Pneumologia	12	R\$ 9.103,20
Topografia	37	R\$ 37.969,80
Tradutor/Interprete – Alemão Juramentado	1	R\$ 200,00
Tradutor/Interprete – Inglês Juramentado	1	R\$ 206,81
Tradutor/Interprete – Espanhol - Juramentado	1	R\$ 434,40
Urologia	17	R\$ 13.590,40

* Os dados de honorários periciais foram obtidos a partir do relatório de perícias – orçamento anual – sistema de agendamento de perícias;

** As perícias externas, num total de 48 especialidades, somaram, até a presente data: R\$ 913.438,63 (novecentos e treze mil, quatrocentos e trinta e oito reais, sessenta e três centavos), com valor médio de R\$ 766,53 (setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos), tendo sido realizado 1.192 (um mil, cento e noventa e dois) procedimentos periciais.

***Constam, neste relatório estatístico, apenas as especialidades periciais em que houve agendamento pericial.

As ações básicas do Departamento de Controle podem ser sumarizadas nos seguintes pontos: implementação de boas práticas administrativas, cronograma e plano quadrienal de auditorias e realização das mesmas. Compete o exercício pleno do controle e assessoria contábil, orçamentária, e patrimonial do Poder Judiciário, quanto à legalidade, economicidade, visando à verificação da exatidão e regularidade das contas e a boa execução do orçamento, bem como de outras atividades necessárias ao cumprimento de suas atividades. Atualmente, este Departamento possui 12(doze) servidores, sendo um Chefe do Departamento, 07(sete) servidores lotados na Divisão de Acompanhamento de Gestão e 04 na Divisão de Auditoria.

Divisão de Acompanhamento de Gestão

Possui como função básica o acompanhamento das atividades internas do Tribunal de Justiça, através de análises de processos administrativos relativos a gestão orçamentária, processos licitatórios, processos de concessão e comprovação de suprimentos de fundos, bem assim como os atos de gestão de pessoas, auxiliando o TCE e CNJ no cumprimento de suas determinações. Fazendo um comparativo com o ano de 2013, os processos de pagamentos através de dispensas reduziram em quase 50%, o que demonstra que este Tribunal de Justiça utiliza o planejamento para realizar suas aquisições. A Divisão de Acompanhamento de Gestão executou as seguintes atividades:

Ano	Processos recebidos	Processos analisados
Processos de suprimento de fundos		
2013	31	31
2014	09	09
Processos de dispensas de licitação		
2013	223	223
2014	101	101
Processos de registro de preço		
2013	165	165
2014	203	203

*Considerando somente os protocolados até 19 de novembro de 2014.

Análises de Convites, Concorrências, Tomadas de preços e Pregão

Modalidades	Processos recebidos	Processos analisados
Ano 2013		
Convites	17	17
Tomada de Preços	11	11
Concorrências	02	02
Pregão	139	139
Ano 2014		
Convites	10	10
Tomada de Preços	03	03
Concorrências	02	02
Pregão	120	120

*Considerando somente os protocolados até 19 de novembro de 2014.

Divisão de Auditoria

Tendo como função básica à promoção, coordenação e execução das atividades de auditoria contábil e orientada pelo CNJ seguindo os objetivos institucionais, a Divisão de Auditoria executou as seguintes atividades:

- 1) Elaboração do Plano Quadrienal de Auditoria (2014-2017), aprovado pela presidência;
- 2) Análise e assessoramento junto a Diretoria Financeira referente Prestação de Contas deste Tribunal encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- 3) Acompanhamento dos atos administrativos, através de leitura do Diário Oficial do Estado, verificando as publicações das Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Convênios etc.;
- 4) Atendimento as consultas dos Técnicos, Assessores e coordenadores, como por exemplo, classificação orçamentária de despesa, cálculo de tributos, planilhas de custos nas licitações, calculo de superávit financeiro do FERD e outros procedimentos administrativos;
- 5) Elaboração e encaminhamento ao TCE o Relatório Trimestral de Auditoria;
- 6) Auditorias por iniciativa deste Departamento de Controle e as compartilhadas com o CNJ, conforme cronograma de Auditoria Interna;

7) Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal;

8) Acompanhamento das informações alimentadas no Menthor e no ERP, referente a pessoal, contábil e financeiras;

9) Análise de balancetes, assim detalhados:

Tribunal de Justiça	Quantidade a receber em 2014 (A)	Quantidade efetivamente recebida em 2014* (B)	Quantidade de balancetes analisados em 2014 (c)	Percentual de análise (C)/(B)	Percentual de balancetes à disposição deste Controle Interno (B)/(A)
Balancetes	12	09	09	100%	83%
Balanços	01	0	0	-	-
Fundo Especial de Recursos e de Despesas	Quantidade a receber em 2014 (A)	Quantidade efetivamente recebida em 2014* (B)	Quantidade de balancetes analisados em 2014 (c)	Percentual de análise (C)/(B)	Percentual de balancetes à disposição deste Controle interno
Balancetes	12	09	09	100%	83%
Balanços	01	0	0	-	-

*Considerando somente os protocolados até 10 de novembro de 2014.

Outros trabalhos realizados

1) Acompanhamento das alterações de parâmetros contábeis e relatórios constantes na Prestação de Contas conforme Portaria STN n. 828/2011;

2) Participação como consultor na negociação para redução de preço do contrato de serviços de segurança e vigilância;

3) Acompanhamento e participação na comissão de avaliação de bens no que se refere aos procedimentos contábeis de depreciação e ajustes no patrimônio deste Tribunal de Justiça;

4) Auditoria especial de Estagiários e Transportes;

5) Assessoramento a Secretaria de Tecnologia da Informação e confecção de planilhas com relação ao cumprimento da Orientação do CNJ quantos aos procedimentos para revisão dos contratos que envolvem serviços conforme art. 7º da Lei 12.546/2011 e acórdão TCU 2.859/2013 referente aos cálculos de desoneração de folha de pagamento para os contratos de TI e Engenharia;

6) Elaboração de cronograma e acompanhamento de atividades para o Fechamento do Balanço Patrimonial de 2014;

7) Respostas de Diligências junto ao TCE e CNJ;

8) Ajustes dos fluxos de processos para o projeto de virtualização;

9) Acompanhamento do Planejamento Estratégico.

Implantação e ampliação do circuito fechado de TV (CFTV) em fóruns do interior, renovação de contratos que visam a segurança das unidades jurisdicionais e encaminhamento para destruição de 8.958 armas e munições de processos transitados em julgados para o Exército brasileiro foram algumas das medidas adotadas pela Diretoria de Segurança do TJSE durante a Gestão 2013-2015.

Segurança Eletrônica

1 Renovação de contrato de manutenção preventiva e corretiva de cerca elétrica (Contrato nº 051/2012, em vigor)

2 Contrato de Ata de Registro para remoção e instalação de cercas eletrificadas (Pregão 69/2014, em vigor)

3 Projeto de Ata de Registro para implementação de sistema de CFTV em todas as unidades do TJSE, capital e interior (Seplad)

4 Projeto para locação de equipamentos de sistema de alarme a serem instalados em todas as unidades do TJSE, capital e interior (Processo nº 1631/2014, Setor de Compras)

5 Projeto para contratação de empresa especializada em manutenções preventivas e corretivas em Equipamentos de Raio-X (Seplad)

6 Implementação de sistema de CFTV no Fórum de Riachuelo (em vigor)

7 Implementação de sistema de CFTV no Arquivo Judiciário (Seplad)

8 Ampliação de cerca eletrificada no Fórum de Capela

9 Ampliação de cerca eletrificada no Fórum de Carmópolis

10 Ampliação de cerca eletrificada no Fórum de Marum

11 Ampliação de cerca eletrificada no Fórum de Nossa Senhora do Socorro

12 Implementação de cerca eletrificada no Fórum de Pacatuba

13 Complemento de cerca eletrificada no Fórum da Barra dos Coqueiros

14 Ampliação de cerca eletrificada no Fórum do Marcos Freire II

Segurança Policial

1 Cumprimento do Convênio 18/2012 com a SSP/PMSE/BMSE para aquisição de 520 uniformes, 260 coturnos, 260 coldres, 260 cintos de guarnição e 30 cintos para os policiais e bombeiros militares

2 Aquisição de 12 cofres para armazenamento de armas retidas de policiais militares, civis, federais, bombeiros e guardas municipais que adentrarem aos Fóruns

3 Aquisição de equipamentos de combate a incêndio, pregão 87/2014

4 Renovação do Contrato 006/2014, referente à vigilância patrimonial armada

5 Encaminhamento para destruição de 8.958 armas e munições de processos transitados em julgados para o Exército Brasileiro (Processo nº 1631/2014, Setor de Compras)

Mais de 56 mil atendimentos realizados, divididos nos setores médico, odontológico, de enfermagem, psicologia, serviço social, fisioterapia e junta médica. Quatro grupos de combate ao tabagismo, nos quais 64% dos servidores que aderiram, em média, conseguiram parar de fumar; sendo que o sétimo grupo alcançou um recorde: 89% dos servidores abandonaram o cigarro. Projetos de atendimento psicossocial a grávidas, Oficiais de Justiça e Executores de Mandos. Enfim, o saldo final do Centro Médico do TJSE nesta gestão pode ser classificado como bastante positivo. Confira a seguir.

Atendimentos realizados

Atendimentos 2013	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço Social	Fisioterapia	Junta/Perícia Médica
Janeiro	382	346	483	186	128	566	60
Fevereiro	410	296	405	177	123	761	47
Março	415	420	526	257	160	951	55
Abril	539	474	656	254	170	1137	72
Maio	515	433	694	392	242	918	77
Junho	389	325	562	273	209	690	58
Julho	408	407	561	180	155	738	73
Agosto	663	508	636	278	169	1002	92
Setembro	493	468	656	403	Férias	821	65
Outubro	509	478	494	141	238	843	90
Novembro	542	266	565	206	120	857	78
Dezembro	291	235	258	144	79	514	52
Total	5.556	4.656	6.496	2.891	1.793	9.798	819

Atendimentos 2014	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço Social	Fisioterapia	Junta/Perícia Médica
Janeiro	260	268	377	162	férias	637	75
Fevereiro	386	393	481	118	88	942	67
Março	323	215	371	54	96	827	53
Abril	340	323	462	91	161	786	86
Maio	410	350	582	147	135	747	79
Junho	322	320	571	152	132	690	57
Julho	411	431	476	146	128	833	65
Agosto	401	369	461	166	146	670	80
Setembro	512	369	664	207	férias	947	66
Outubro	435	350	452	178	144	871	77
Novembro	242	230	520	130	112	500	70
Dezembro	65	80	430	80	081	230	38
Total	4.107	3.688	5.847	1.631	1.223	8.680	813

Obs: estimativa de atendimentos durante o mês de novembro e dezembro conforme agendamento pelo sistema de marcação de consulta.

Projetos desenvolvidos

1) Intervenção Psicossocial – Construindo vínculos para uma vida positiva

Objetivo geral: servir de mediadores no processo das relações interpessoais no ambiente de trabalho, enfatizando e propiciando a melhor integração no grupo para minimização do nível de estresse e melhor qualidade de vida da equipe.

Metas alcançadas: manejo do estresse através do diagnóstico dos problemas existentes no grupo e da reconstrução das relações interpessoais no trabalho e estabelecimento do significado da salutogênese e da resiliência. O projeto teve início em agosto 2010, com o primeiro grupo no Fórum de Própria; o segundo grupo no Fórum de Nossa Senhora do Socorro e o terceiro, em 2013, durante os meses de junho a dezembro, constituído por servidores de dois setores distintos das comarcas de Aracaju. No início de 2014, houve tentativa para a criação do quinto grupo, mas não foi possível devido à resistência de alguns setores na liberação dos servidores para a participação das reuniões quinzenais do projeto.

2) Projeto de apoio psicossocial às gestantes do TJSE

Objetivo geral: proporcionar um espaço de apoio e reflexão, visando alcançar meios de prevenção e cuidado à saúde das gestantes e, em consequência, a melhor condição biopsicossocial e minimização do nível de ansiedade decorrente das mudanças ocasionadas pelo período gestacional.

Metas alcançadas: minimização do nível de ansiedade decorrente das mudanças ocasionadas pelo período gestacional, através de palestras, dinâmicas de relaxamento e técnicas psicológicas e sociais. O primeiro grupo, iniciado em julho e concluído em setembro de 2013, contou com a participação de oito servidoras e mais 15 estiveram presentes na manhã de saúde.

3) Projeto de atenção psicossocial aos Oficiais de Justiça e Executores de Mandados

Objetivo geral: proporcionar um espaço de apoio e reflexão, visando alcançar meios de prevenção e cuidado à saúde dos oficiais de justiça e executores de mandados, minimizando o nível de estresse decorrente do trabalho e/ou das situações vivenciadas no seu cotidiano.

Metas alcançadas: redução do nível de estresse

através de dinâmicas de grupo e de palestras que proporcionaram o autoconhecimento e a reflexão acerca de temas que agravam o nível de ansiedade (saúde física e a organização financeira). O projeto teve início com a apresentação dos trabalhos para 77 Oficiais de Justiça e Executores de Mandados da capital e da Grande Aracaju. Posteriormente, considerando que dispomos no quadro de pessoal do TJSE 98 Oficiais de Justiça e 194 Executores de Mandados, ocorreu a divisão destes servidores em 18 grupos com 15 integrantes cada, para possibilitar uma intervenção mais efetiva. O primeiro grupo ocorreu de maio a setembro de 2013, com a frequência de quase 100% do grupo, em reuniões quinzenais, obtendo assim êxito em suas metas. Já o segundo grupo, teve início no mês de setembro, sendo concluído em dezembro, com reuniões quinzenais, porém com a frequência menor, sendo alcançada a meta apenas para a minoria do grupo.

4) Projeto Justiça contra o tabagismo

Objetivo geral: proporcionar aos servidores tabagistas que queiram parar de fumar a oportunidade de tratar a dependência física, psicológica e social.

Metas alcançadas: 81 servidores pararam de fumar desde o primeiro grupo.

Grupo 5: 60% conseguiu parar de fumar;

Grupo 6: 50% dos participantes deixaram de fumar;

Grupo 7: percentual recorde alcançado, com 88,88% dos integrantes do grupo que conseguiram parar de fumar.

Grupo 8: mais de 57% conseguiu parar de fumar.

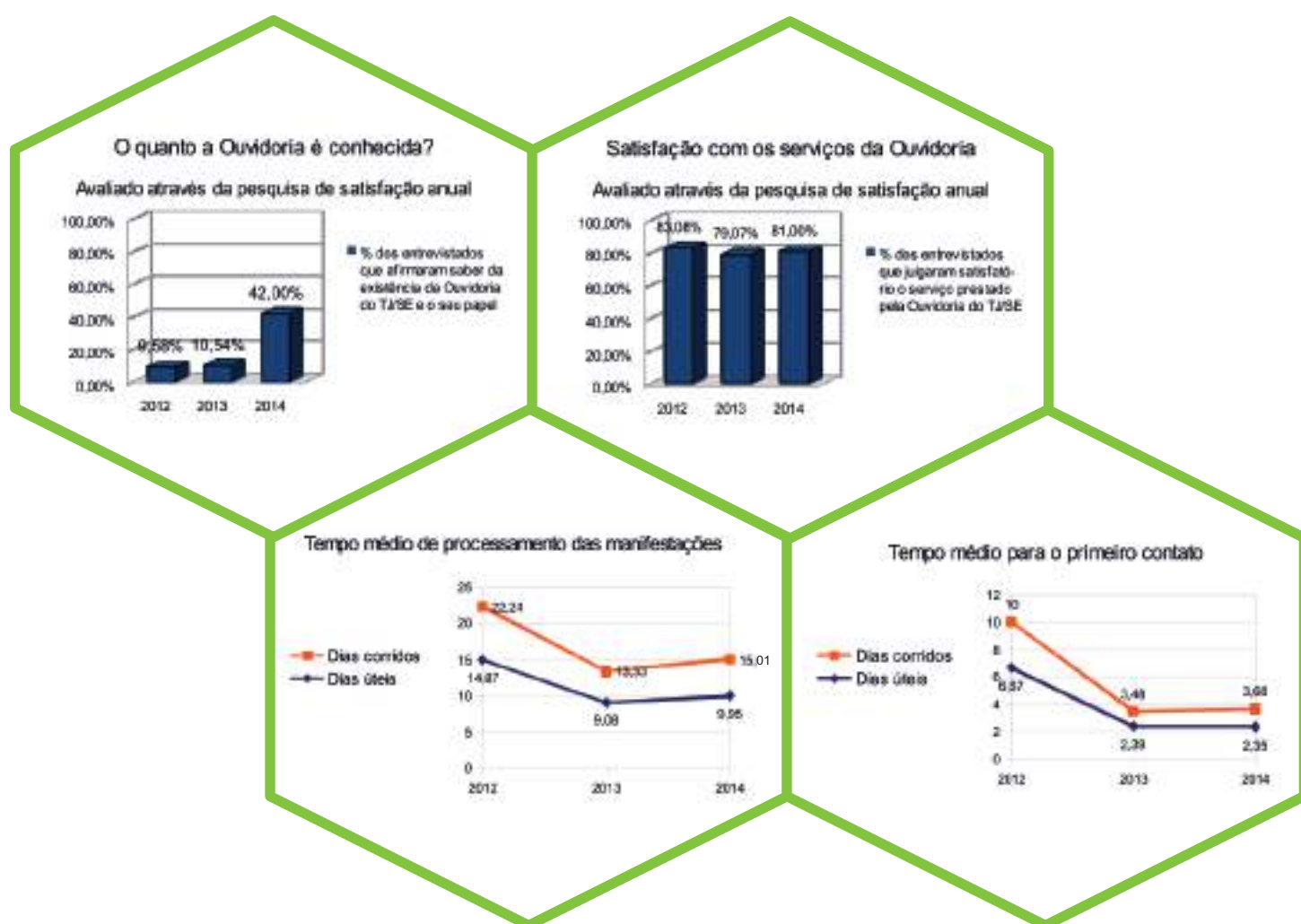
Obs.: os trabalhos dos grupos 1 a 4 foram desenvolvidos em gestões anteriores.

5) Programa de Orientação para a Aposentadoria (Propa)

Objetivo geral: reduzir a ansiedade e dificuldades associadas a tal fase, como também servir de facilitador na elaboração de novos projetos de vida, promovendo o aprendizado de informações e ajustes às novas circunstâncias como um processo continuado

Metas alcançadas: criação de estratégias para a manutenção da saúde física e mental após a aposentadoria e motivação dos participantes para criar ou ampliar as redes sociais. O projeto foi iniciado em setembro de 2010, totalizando 115 servidores participantes. De janeiro a julho de 2013, foram desenvolvidas as atividades do quarto grupo, através de reuniões quinzenais. As atividades do quinto grupo aconteceram de junho a abril de 2014.

A Ouvidoria do TJSE realizou 66.571 atendimentos durante o biênio 2013-2015, 136% a mais que no biênio anterior. A marca dessa gestão para a Ouvidoria foi a divulgação dos seus serviços para os cidadãos, a busca pela capacitação dos seus integrantes e a modernização do setor. Os dados mostram que as pessoas estão conhecendo mais a Ouvidoria: no ano de 2014 foi registrado que 42% dos entrevistados sabem da sua existência no âmbito do TJ/SE, um avanço em relação ao ano de 2013, onde apenas 10,52% dos entrevistados afirmaram conhecer a Ouvidoria. Mesmo com o aumento na demanda, a qualidade no atendimento não foi afetada, pois o índice de satisfação continua positivo, no patamar dos 80%. O prazo de atendimento das demandas também permanece razoável, com um primeiro contato em torno de dois dias úteis e a conclusão das demandas num prazo médio de dez dias úteis. Confira a evolução nos gráficos:



Projetos realizados

Campanhas de divulgação

Foram distribuídos, ao longo do primeiro semestre de 2013, dez mil panfletos informativos e dez mil Informe Legal 'Ouvidoria' para todas as unidades do Poder Judiciário. No mês de abril de 2014, foi lançada a campanha publicitária 'Quer falar com o Tribunal de Justiça? A Ouvidoria é mais um meio de comunicação com você', com a distribuição de 700 cartazes em todas as unidades judiciais e extrajudiciais do TJSE. A campanha também foi veiculada através de 10 outdoors espalhados pela cidade, 20 busdoors e plotados 29 carros do TJ. Em novembro de 2014, foi iniciada a segunda etapa dessa divulgação, com a distribuição de 30 mil exemplares do Informe Legal 'Juizados Especiais Cíveis' para a população.



Integração do Sistema da Ouvidoria com os Sistemas de Controle Processual do TJ/SE

Em agosto de 2013, o sistema da Ouvidoria Geral foi integrado aos sistemas de controle processual do Tribunal de Justiça de Sergipe, permitindo um contato mais célere com os magistrados e serventuários da Justiça, além de mostrar em tempo real o quantitativo de manifestações relacionadas à unidade arquivadas durante o ano.

Lançamento do FAQ – Perguntas mais frequentes da Ouvidoria

Em dezembro de 2013, foi lançado o FAQ – Perguntas mais frequentes da Ouvidoria, contando com três novos tópicos: Juizado Especial Cível, Concurso Público e Cartório Extrajudicial. O objetivo da iniciativa foi exercer a transparência ativa, reunindo as perguntas mais frequentes dos usuários no âmbito das Ouvidorias dos Tribunais de Justiça Estaduais.

Convênio com a SMTT

Na manhã do dia 08 de setembro de 2014, foi assinado o Convênio nº 11/2014 entre o TJSE e a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT), visando o uso do espaço publicitário dos abrigos e terminais de ônibus localizados em Aracaju, bem como do espaço interno dos ônibus das empresas concessionárias do serviço público de transporte da capital. O objetivo é divulgar as campanhas promovidas pelo Tribunal junto à população. O convênio foi intermediado pela Ouvidoria do TJSE e pela Diretoria de Comunicação. A expectativa é que as

campanhas atinjam 293 mil cidadãos que utilizam o transporte público diariamente em Aracaju.

Visitas do Ouvidor a unidades do TJ/SE

O Ouvidor Geral do Tribunal de Justiça de Sergipe, Desembargador José dos Anjos, iniciou no mês de setembro de 2014, uma série de visitas às unidades jurisdicionais. O objetivo da ação foi entender o cotidiano das varas judiciais, ouvir o seu gestor (juiz) e servidores para colher as dificuldades e contribuir para solucionar os problemas, conjuntamente com a Corregedoria e a Presidência do TJSE. Entre as unidades visitadas nesse período estão o 7º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, 28ª Vara Cível de Aracaju/SE, Juizado Especial da Fazenda Pública de Aracaju/SE, 1ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto, Turma Recursal do Estado de Sergipe e a 1ª Vara Cível de São Cristovão/SE.

Outras realizações

- Aquisição de fones de ouvido para os atendentes
- Participação da Ouvidoria do TJSE no I Simpósio de Ouvidorias Judiciárias (Brasília/DF)
- Participação da Ouvidoria do TJSE na Ciranda Nacional das Ouvidorias (Brasília/DF)
- Participação dos integrantes da Ouvidoria no Curso 'Gestão de Ouvidoria no Setor Público' (Brasília/DF)



Visita ao Fórum Gumersindo Bessa, Juizado Especial da Fazenda Pública de Aracaju

Na gestão do Desembargador Cláudio Déda Chagas, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais do Estado de Sergipe (Nupemec) promoveu diversas parcerias com alguns litigantes de massa para as conciliações processuais e pré-processuais, a exemplo do Banco do Brasil, G. Barbosa, Mapfre, Banese, BaneseCard, Unit, Oi, TIM e CDL. Também foi autorizada a realização de mutirões e negociações diretas com excelentes resultados.

De 03 a 13 de junho de 2014, foi realizado, no Arquivo Judiciário, em Aracaju, o Arraiá do Limpa Nome, em parceria com o Clube dos Dirigentes Lojistas de Aracaju. Foram atendidas 4.693 pessoas e os valores acordados ultrapassaram os R\$ 4 milhões. A ideia foi levada para cinco municípios do interior, chamando-se Feirão do Limpa Nome, totalizando mais de 27 mil atendimentos. Uma segunda edição aconteceu em Aracaju, nos meses de novembro e dezembro.

Nos meses de fevereiro e abril de 2014, foi autorizado o envio de sete servidores para os Cursos de Instrutores em Mediação, promovidos pelo CNJ no Distrito Federal, preparando o TJSE com uma equipe multiplicadora de conciliadores e mediadores com a qualificação exigida pela Emenda 125/2010 do CNJ. A

medida, que estreita a relação entre o CNJ e o TJSE, visa promover ações em Sergipe que possibilitem às partes construir soluções viáveis e consensuais aos conflitos levados ao Judiciário.

Resultado desse trabalho foi a abertura de turma para realização do curso de mediação para os servidores do Tribunal de Justiça, nos meses de março e abril de 2014, como mais três turmas para os conciliadores voluntários, nos meses de junho, julho, setembro e outubro, preparando uma média de 24 mediadores/servidores e 80 conciliadores voluntários para as atividades do Nupemec, que tem a responsabilidade de formar os conciliadores e mediadores, conforme estabelecido nas Resoluções 125/2010 do CNJ e 35/2012 do TJSE.

A formação acontece em parceria com a Escola Judiciária de Sergipe (Ejuse) e todas as ações de capacitação realizadas seguem os padrões definidos pelo CNJ, dividindo-se em duas etapas: módulo teórico-prático e estágio supervisionado. Cada curso teórico possui 40 horas/aulas e no estágio supervisionado para conciliadores são exigidas 10 horas de prática e 6 horas de observações. Já o mediador/servidor são 20 horas práticas e 10 horas de observações. As aulas práticas ocorreram na Ejuse e o



estágio supervisionado nas Varas Privativas, Comarcas do interior ou no Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), no Fórum Gumersindo Bessa.

Nos meses de março e abril de 2014, o Desembargador Luiz Antônio de Araújo Mendonça e as Juízas Maria Luíza Foz Mendonça e Dauquíria de Melo Ferreira, realizaram visita técnica no Estado do Rio Grande do Sul. As duas magistradas, acompanhadas do Diretor de Modernização do TJSE, Romualdo Prado Júnior, também fizeram a visita institucional ao Distrito Federal para conhecerem as ações já realizadas, verificando a possibilidade de implantação de alguns trabalhos em Sergipe.

Em setembro de 2014, a supervisora do Cejusc participou do Curso de Preparação para Prepostos, ofertado pelo CNJ em Brasília/DF. O treinamento ofereceu aos prepostos um conjunto de competências adequadas para uma participação nas sessões de conciliação mais produtiva. Esse passo foi fundamental para preparação da referida servidora a fim de possibilitar, em Sergipe, mais essa ação.

As mediações ainda têm sido realizadas com periodicidade na Comarca de Carmópolis e no Cejusc, no Fórum Gumersindo Bessa, em Aracaju, com amplo sucesso e reconhecimento social, comprovado pelas pesquisas de satisfação. Por fim, o Cejusc tem promovido ações de parceria com magistrados do interior e dos Juizados da capital, com o apoio dos conciliadores realizando audiências em pautas extraordinárias, com a finalidade de diminuir o tempo médio de realização de audiências e possibilitando a realização de acordos em todo o Tribunal de Justiça Sergipano.

Ação	Local	Período	Atendimentos*
Arraiá do Limpa Nome	Aracaju	03 a 13/06/2014	4.693
Feirão do Limpa Nome	Nossa Sra. Glória	24 a 27/09/14	1.470
Feirão do Limpa Nome	Propriá	15 a 18/10/14	2.064
Feirão do Limpa Nome	Itabaiana	29 a 31/10/14	2.853
Feirão do Limpa Nome	Lagarto	05 a 08/11/14	3.261
Feirão do Limpa Nome	Aracaju	12 a 21/11/14	13.400
Feirão do Limpa Nome	Aracaju	03 a 12/12/14	-
Total			27.741

*Dados contabilizados até novembro de 2014

Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc)				
2013			2014	
Mês	Audiências realizadas	Acordos (%)	Audiências realizadas*	Acordos (%)
Janeiro	203	18,85	276	19,79
Fevereiro	244	27,52	171	17,89
Março	194	33,87	262	15,64
Abril	287	23,43	242	12,27
Maio	234	23,47	211	17,42
Junho	124	35,17	278	16,27
Julho	478	17,63	328	22,66
Agosto	333	21,78	242	15
Setembro	380	18,65	331	22,2
Outubro	272	18,68	294	19,17
Novembro	270	22,51	309	22,8
Dezembro	240	18,28	-	-
Total	3239	23,32%	2944	18,28%
Itinerante	3059	61,67%	3038	69,69%

*Dados contabilizados até novembro de 2014

1) Reconhecimento Nacional – Selo Ouro Infância e Juventude – CNJ/UNICEF

TJSE e CIJ receberam, em outubro de 2014, o Selo Ouro Infância e Juventude, em seleção promovida pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A CIJ/TJSE foi reconhecida nacionalmente como a Coordenadoria da Infância de melhor desempenho do país. Com pontuação destacada, obteve o primeiro lugar no cumprimento dos requisitos estabelecidos. Para receber o Selo Ouro seriam necessários 80 pontos e a CIJ/TJSE atingiu a marca de 535 pontos. O selo, que é válido por dois anos, foi instituído pela Portaria nº 67/2014 do CNJ e os requisitos para sua concessão foram estabelecidos no Edital nº 01 DMF/CNJ, de 5 de junho de 2014.



2) Programa de Ações Integradas para Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PRAIF/SGD)

Iniciado no segundo semestre de 2013, o PRAIF/SGD, desenvolvido pela CIJ em parceria com o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Inclusão e do Desenvolvimento Social (Seides), tem como foco principal a municipalização do serviço de acolhimento institucional ou familiar e da execução de medidas socioeducativas em meio aberto.

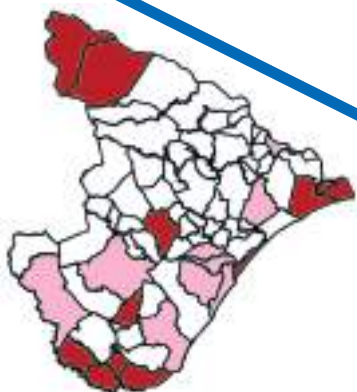
Nos anos de 2013 e 2014, o Programa alcançou os 18 municípios sergipanos: Simão Dias, Arauá, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Pacatuba, Brejo Grande, Ilha das Flores, Gararu, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Capela, Muribeca, Itabaianinha, Boquim, Barra dos Coqueiros, Canindé do São Francisco e Poço Redondo, os quais integram 10 comarcas, fornecendo os subsídios para a construção e/ou aprimoramento de práticas de atenção à criança e ao adolescente nos diferentes campos de atuação institucional.

Em curto espaço de tempo de execução, as ações do PRAIF/SGD, no período referido, resultaram direta ou indiretamente na disponibilização de serviço de acolhimento em diversos municípios: Barra dos Coqueiros, Boquim, Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Pacatuba, Ilha das Flores, Brejo Grande, Umbaúba, Cristinápolis, Tomar do Geru e Indiaroba. Vide mapas que mostram a situação do acolhimento institucional e da execução de medidas socioeducativas em meio aberto em Sergipe antes e após o lançamento do PRAIF/SGD.



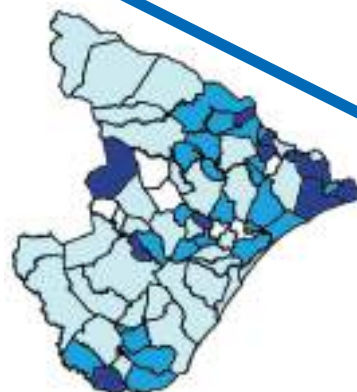
Municípios com serviço de acolhimento institucional

- Serviço disponibilizado até junho/2013
- Serviço disponibilizado entre junho de 2013 e dezembro de 2014



Municípios com equipamentos de execução de medida em meio aberto

- Serviço disponibilizado até junho de 2013
- Serviço disponibilizado entre junho de 2013 e dezembro de 2014
- Serviço em fase de implementação





3) Realização do XV Encontro do Fórum Nacional de Justiça Juvenil (Fonajuv)

O XV Encontro do Fonajuv foi realizado em Aracaju, nos dias 22 e 23 de maio de 2014. Organizado pela CIJ do TJSE, o evento contou com programação aberta no primeiro dia (22), a um público constituído por operadores do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - SGD e atores da sociedade civil organizada. No segundo dia, a programação foi restrita a magistrados. **O encontro reuniu 60 magistrados de todo o país e cerca de 450 outras pessoas inscritas**, incluindo servidores do TJSE, técnicos, profissionais e estudantes de diversas áreas. Pela excelente coordenação e organização do evento, a Juíza-Coordenadora recebeu moção de aplauso, aprovada por unanimidade pelos integrantes do Fonajuv.

4) Projeto Familiarizar (estratégico) – audiências concentradas para reavaliação da medida de acolhimento – ação continuada

No âmbito desta iniciativa, a CIJ gerencia os trabalhos de reavaliação periódica da medida de acolhimento de crianças e adolescentes, oferecendo suporte aos juízos com jurisdição na área. Com a metodologia de audiências concentradas, é facilitada a observância do prazo semestral de reavaliação da medida, estabelecido no art. 19, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente. A reavaliação periódica foi disciplinada no âmbito do TJSE pela Resolução nº 6/2010, que resultou de proposta encaminhada à Presidência pela CIJ. As crianças e adolescentes desligados das entidades retornam à família de origem ou são colocados em família substituta. A reavaliação é realizada por todos os juízos com crianças e adolescentes acolhidos sob sua ordem, com o suporte e sob o gerenciamento da CIJ. Os resultados têm sido

bastante expressivos:

- **1º semestre de 2013:** 283 acolhidos reavaliados, com 97 desligados (índice de 34%)
- **2º semestre de 2014:** 273 acolhidos reavaliados, com 82 desligados (índice de 30%)
- **1º semestre de 2014:** 255 acolhidos reavaliados, com 107 desligados (índice de 42%)
- **2º semestre de 2014:** em fase de consolidação

5) Audiências concentradas para reavaliação das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade – ação continuada

No ano de 2010, a CIJ disseminou em Sergipe a utilização dessa prática para a reavaliação da medida socioeducativa de internação em um mesmo momento, otimizando o acompanhamento dos processos de execução. Desde então, a ação tem sido promovida periodicamente pelo Juízo da 17ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, com o suporte da CIJ. Em 2013, avançou-se com a inclusão da reavaliação concentrada também para a medida socioeducativa de semiliberdade. Nesse mesmo ano, acatando sugestão da CIJ, a Corregedoria-Geral da Justiça editou o Provimento nº 04/2013 e disciplinou, entre outros temas referentes à execução de medida, a reavaliação periódica das medidas socioeducativas, estabelecendo as audiências concentradas como metodologia preferencial dos trabalhos.

- **Em 2013, foram realizadas audiências concentradas nos meses de março, junho e dezembro, totalizando 165 adolescentes com medida reavaliada e 90 desinternações (índice de 54%), resultantes de progressão da medida ou cumprimento.**
- **No ano de 2014, nas audiências de fevereiro e junho, foi reavaliada a medida de 106 adolescentes e 56 foram desinternados (índice de 52%), resultantes de progressão da medida ou cumprimento. Há previsão de audiências no mês de dezembro.**

6) Programa de Capacitação e Disseminação do ECA (estratégico) – ação continuada

Congrega ações voltadas à capacitação de magistrados e servidores e de atores institucionais e da sociedade civil que atuam no âmbito do Sistema de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com disseminação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ações sistemáticas no âmbito do Programa – anos 2013 e 2014:

Curso sobre os Cadastros Nacionais da Infância e da Juventude: realizado pela CIJ em parceria com a Ejuse,

consiste na capacitação teórica e prática para operacionalização do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) e do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL), com fornecimento de noções sobre habilitação para adoção, medida de acolhimento e execução de medida socioeducativa. **Em 2013**, o curso foi realizado para quatro turmas de técnicos e duas de analistas judiciários, totalizando **102 servidores** participantes do curso. **No ano de 2014**, o curso foi realizado em quatro turmas destinadas a chefes de secretaria, assessores e técnicos encarregados da alimentação dos Cadastros e duas reservadas a chefes de secretaria dos distritos judiciários. **O total de participantes foi de 125 servidores.**

Cursos para magistrados na área da infância e juventude:

articulação da CIJ para inclusão de temáticas nos cursos credenciados pela Enfam, oferecidos pela Ejuse, bem como para possibilitar a participação de assessores de juiz. Em 2013, foram oferecidos pela Ejuse dois cursos para magistrados, credenciados pela Enfam, com as temáticas 'A Adoção como Medida de Colocação em Família Substituta sob a Ótica da Proteção Integral' e 'As Medidas Socioeducativas e a Lei 12.594 que Institui o Sinase e Regula o Processo de Execução', indicadas pela CIJ. No ano de 2014, foi ofertado pela Ejuse um curso, também credenciado pela Enfam, com a temática 'Controle Judicial de Políticas Públicas na Área da Infância e Juventude', indicada pela CIJ.

Capacitação de agentes de proteção e conselheiros tutelares: aprimoramento da atuação desses agentes e fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente, a partir de solicitações dos Juízos competentes. Nos anos de 2013 e 2014, foram capacitados agentes de proteção e conselheiros tutelares das Comarcas de Nossa Senhora do Socorro, Arauá, Boquim, Simão Dias e Tobias Barreto.

Curso de preparação psicossocial e jurídica para pretendentes à adoção (Projeto Adoção Consciente):

objetiva esclarecer possíveis dúvidas sobre adoção, ampliar as concepções a respeito do perfil da criança desejada e estabelecer uma relação de proximidade com a equipe técnica responsável pelo acompanhamento do processo. O projeto foi desenvolvido pela CIJ em 2010 e, desde o início, em Aracaju, vem sendo executado em conjunto com a 16ª Vara Cível. Em 2014, avançando-se no sentido da interiorização do curso, a atividade passou a ser promovida também em Itabaiana, em conjunto com a 2ª Vara Cível e com o 5º Núcleo de Serviço Social e Psicologia, para preparação voltada aos pretendentes das comarcas de sua abrangência. Em 2013, foram realizadas três edições do curso em Aracaju, alcançando um total de 104 pretendentes da capital e interior do Estado. Em 2014, foram realizadas três edições do curso em Aracaju e duas em



Itabaiana. **O total de pretendentes nas cinco edições foi de 191, um aumento de 83% em relação ao ano anterior. De 2013 para 2014, subiu em 44% o número de Comarcas do interior com participantes nos cursos.**

Projeto 'O ECA na Escola': ação continuada que visa a contribuir com a promoção da cidadania, a partir da disseminação dos direitos positivados no ECA entre estudantes da rede pública de ensino, permitindo o desenvolvimento de ações que estimulam o protagonismo e a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de redução de conflitos no ambiente escolar. **Em 2013, o projeto foi levado a quatro escolas municipais de Aracaju, alcançando 834 estudantes.**

Palestras de disseminação do Estatuto da Criança e do Adolescente: capacitações para atores da rede de proteção, estudantes e profissionais de diversas áreas, visando à difusão de conhecimentos sobre o ECA. **Nos anos de 2013 e 2014, foram realizadas diversas palestras de disseminação do ECA, para um total de cerca de 2.100 pessoas.**

7) Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes – ação continuada

A metodologia de entrevista forense de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas das mais diferentes formas de violência, especialmente no âmbito de crimes contra a liberdade sexual, foi implementada com o Projeto Inquirição Especial em 2010 e segue em funcionamento na 6ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju, com disponibilização para utilização por outras unidades jurisdicionais. Trata-se de uma metodologia realizada em sala especial para tomada de depoimento judicial mediada por profissional capacitado para esse fim, com o objetivo de minimizar a revitimização da

criança ou adolescente decorrente da rememoração do seu sofrimento em Juízo. **Em 2013 e 2014, a metodologia de depoimento especial foi utilizada em cerca de 260 processos com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas.**

8) Programa de Apadrinhamento Ser Humano (estratégico) – ação continuada

Iniciativa que envolve a sociedade civil, o empresariado, instituições não-governamentais e órgãos estatais em ações concretas para proporcionar apoio afetivo, auxílio material e acesso a serviços essenciais a crianças e adolescentes acolhidos em entidades de Sergipe, cujos vínculos familiares estejam rompidos, parcial ou totalmente. **No biênio 2013-2014, o Programa de Apadrinhamento Ser Humano contabilizou 90 novos cadastros, que resultaram na efetivação de 75 apadrinhamentos** nas modalidades afetiva e colaboradora.

Subprojetos do Programa Ser Humano desenvolvidos – anos de 2013/2014:

- **Celebração da Semana da Criança:** em 2013, o V Encontro Interativo do Programa Ser Humano proporcionou às crianças e adolescentes acolhidos em entidades cadastradas um momento de agradável convivência e lazer. Nesta edição, com um formato diferenciado, os acolhidos foram recebidos na sede do TJSE e desfrutaram de apresentação da Orquestra Sinfônica Vale do Cotinguiba, intercalada com exibição de vídeo institucional retrospectivo do Programa Ser Humano, seguidos de apresentação da temática 'Alternativas de convivência familiar e comunitária: modalidades para a manutenção dos vínculos'. O encontro foi finalizado com um momento de confraternização. Em 2014, a ação consistiu na arrecadação e distribuição de presentes para crianças e adolescentes acolhidos. Em 2013 e 2014, crianças e adolescentes acolhidos em entidades foram beneficiados com participação em celebração pela Semana da Criança e com o recebimento de presentes.
- **Projeto É Natal V (dezembro/2013):** oportunizou às crianças e adolescentes acolhidos nas entidades cadastradas no Programa um momento de celebração natalina, com música de qualidade, teatro e iluminação característica. O evento contou com apresentação teatral do Grupo de Teatro Arte em Ação e de grande espetáculo musical por mais de 200 músicos e coristas da Orquestra Sinfônica e Coro da Universidade Federal de Sergipe e da Orquestra Sinfônica do Vale do Cotinguiba, promovidos ao ar livre. A iniciativa unificou as celebrações que, nos anos anteriores, vinham sendo promovidas pelo Memorial do Judiciário e pela Coordenadoria da Infância e da

Juventude, no âmbito do Programa de Apadrinhamento Ser Humano. Além da celebração, houve a arrecadação de presentes, com a renovação da parceria entre a CIJ e o Shopping Jardins para a montagem da Árvore dos Sonhos, contendo cartas com os desejos de presentes dos acolhidos. O Projeto oportunizou a distribuição de presentes para crianças e adolescentes acolhidos e a sua participação em momento especial de celebração natalina, com música e teatro.

- **Projeto É Natal VI (dezembro/2014):** foi renovada a parceria entre a CIJ e o Shopping Jardins para a montagem da Árvore dos Sonhos, objetivando a arrecadação de presentes. O Projeto oportunizou a distribuição de presentes para crianças e adolescentes acolhidos.

9) Convênio com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – ação continuada

Viabilizado por meio da CIJ em dezembro de 2008, o Convênio, que vem sendo renovado anualmente, facilita o redirecionamento, para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) de Aracaju, de recursos do imposto de renda devido pelos magistrados e servidores. Trata-se de estimular a utilização da faculdade legal disposta no artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que autoriza ao contribuinte a dedução de até 6% do imposto de renda devido em benefício do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer de suas esferas. A CIJ realiza o acompanhamento da execução do Convênio. **No ano de 2013, através do Convênio, foi destinado ao FMDCA de Aracaju o total de R\$ 49.200,00. Em 2014, o valor previsto é de R\$ 49.040,00.**

10) Suporte aos magistrados e servidores – ação continuada

Entre as principais atribuições legais da CIJ, encontra-se a de coordenar e orientar as atividades dos Juizes de Direito com jurisdição na área, fornecendo informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculante, e contribuindo para o aprimoramento da prestação jurisdicional na matéria. O suporte técnico oferecido é efetivado de forma continuada e dinâmica, por meio do contato direto com magistrados e servidores ou por telefone e e-mail. As demandas têm crescido significativamente e os assuntos mais recorrentes nos anos de 2013 e 2014 foram os seguintes: implementação de serviços municipais de acolhimento e de execução de medidas socioeducativas em meio aberto; adoção; acolhimento institucional e Cadastros Nacionais da Infância e Adolescência do CNJ.



COORDENADORIA DA MULHER

Atuar na coordenação de políticas públicas para o resguardo dos direitos da mulher, orientar as atividades dos Juizes de Direito visando à melhoria da prestação jurisdicional e promover articulação entre o TJSE e organizações governamentais e não-governamentais são algumas das atribuições da Coordenadoria da Mulher, cujos projetos, divididos em quatro eixos, estão descritos adiante. Outras atividades compõem o cronograma anual da Coordenadoria, como a comemoração a datas relacionadas à mulher; planejamento anual de capacitações referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher, juntamente com a Ejuse; e visitas ao Juizado da capital e Varas do interior que atendam processos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Eixo Educação Continuada

Palestras e capacitações sobre violência doméstica e familiar contra a mulher

Alguns eventos para capacitação de servidores e Juizes têm sido oferecidos nesta gestão, em parceria com a Escola Judicial do Estado de Sergipe (Ejuse) buscando trabalhar questões relacionadas a gênero e prevenção/combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Sendo:

- **Palestra ‘Violência doméstica contra a mulher: desafios e perspectivas’**, com a Professora da UFS e Doutoranda em Criminologia pela Universidade de Ottawa, no Canadá, e em Ciências Sociais pela UFS, Andréa Depieri de Albuquerque Reginato. Em 08/03/2013.
- **Curso ‘Os Crimes Contra a Vida e a Dignidade Sexual e a Reforma do Código Penal’**, com a Professora Doutora em Direito Penal pela PUC/SP Alice Bianchini. Participaram convidados de diversas instituições, como OAB, Ministério Público, Secretaria de Política para as Mulheres e faculdades locais. Em 25/03/2013.
- **Capacitação ‘Estratégias de Intervenção Para os Casos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher’**. O Instituto Albam, organização não governamental sem fins lucrativos e considerada



instituição de interesse público pelo município de Belo Horizonte, teve como objetivo proporcionar aos presentes um momento de reflexão sobre possíveis práticas a serem implantadas no decorrer dos processos de violência doméstica, Trinta e dois magistrados e servidores participaram. Em 26/08/2013 e 02/09/2013.

- **‘Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos’**. A Juíza-Coordenadora e a equipe multidisciplinar da Coordenadoria da Mulher participaram desse seminário internacional promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina. A ideia foi capacitar profissionais da Coordenadoria da Mulher para que possam repassar e discutir informações no TJSE e em outros espaços de Sergipe. De 16 a 20/09/2013.
- **Capacitação interna ‘Desconstruindo e Construindo o olhar sobre a violência doméstica contra a Mulher’**. Servidores da capital e interior discutiram sobre a temática de gênero e violência de forma interativa. Diversos recursos foram levados pela professora doutora em Psicologia Claudiene Santos e pelo próprio TJSE, a exemplo de filme e teatro. Em agosto e setembro de 2014.
- **VIII Jornada de Trabalhos da Lei Maria da Penha**, promovida pelo CNJ, teve a participação da Juíza Coordenadora, da Psicóloga e da Assistente Social da Coordenadoria da Mulher do TJ/SE. Em 07 e 08/08/2014.
- **VI Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Estiveram presentes no evento, que aconteceu em Campo Grande/MS, a Juíza-Coordenadora, a Assistente Social e uma Técnica da Coordenadoria da Mulher. Nesse Fonavid, a Juíza Adelaide Moura apresentou quatro de seus projetos: ‘Desconstruindo e

Construindo o Olhar sobre a Violência Doméstica Contra a Mulher', 'Efetividade e Celeridade das Medidas Protetivas às Vítimas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher', 'Perfil Socioeconômico da Vítima e do Autor de Violência nos processos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher' e 'Projeto Educação e Lúdico – Programa Grafite'. De 05 a 07/11/2014.

- **67º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil**, na Bahia. Participaram a Juíza-Coordenadora da Mulher e sua assessora. A Juíza Adelaide Moura também proferiu a palestra 'Efetividade e Celeridade das Medidas Protetivas às Vítimas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher'. Na ocasião foram apresentados detalhes da parceria entre o TJSE e o Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp). Em novembro de 2014.

Eixo Prevenção

1) Programa Educar para Conscientizar

1.1) Projeto Educação e família: teve início como piloto no Instituto Luciano Barreto Júnior (ILBJ), ONG de Aracaju que visa atender adolescentes carentes e seus pais através de uma educação continuada. O objetivo geral é trabalhar a educação preventiva de jovens e adultos no tocante à violência doméstica e familiar contra a mulher, promovendo palestras e oficinas. Após o ILBJ, a Coordenadoria da Mulher já levou este projeto para outras instituições, a exemplo do GAAC e do Externato São Francisco. Setecentos e quarenta e um adolescentes participaram das palestras e 256 pais e mães das oficinas.

1.2) Projeto Educação e Escola: estabeleceu parcerias com as Secretarias de Educação do Município e do Estado no sentido de inserir oficinas estruturadas na capacitação do corpo docente destas instituições. Desta forma, a Coordenadoria da Mulher contribuiria para a formação de multiplicadores para trabalhar o tema com os alunos de forma transversal. A inserção do assunto violência doméstica e familiar contra a mulher no currículo escolar do Estado, trabalhado de forma transversal, ocorreu após provocação desta Coordenadoria, no início do ano de 2013. O quantitativo atingido por este projeto foi de 282 docentes, em 4 turmas de trabalho. As oficinas tiveram uma metodologia interativa, e utilizaram como recursos vídeos, dinâmica de grupo e slides.

1.3) Projeto Educação e Lúdico: busca trabalhar a

violência doméstica de forma preventiva, divulgando conceitos e estimulando que alguns deles sejam repensados através da arte. Tem como principais ações: exposição de fotos (parceria com o Studio D) e o grafitismo (grafitagem em cinco escolas municipais sobre a temática de violência doméstica e familiar contra a mulher).

- A **exposição fotográfica 'Colorindo a Dor'** teve início no Fórum Gumersindo Bessa e passou por vários locais em Sergipe, registrando mais de 1.300 visitantes em 10 instituições, excluindo os locais em que não foi possível fazer o registro de visitas. A exposição gerou, ainda, diversas atividades paralelas, a exemplo de oficinas com crianças após a visita da mostra no Memorial do Judiciário e discussão e interpretação das fotos com adolescentes de escolas municipais de Aracaju em visita ao Shopping Riomar. Registre-se, ainda, a utilização da mostra como "pano de fundo" para rodas de debates, inclusive em meio acadêmico. Em meados do segundo semestre de 2014, foram iniciados os trabalhos para a II Exposição sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- A **Grafitagem nas Escolas** teve como objetivo a realização de oficinas de grafite para adolescentes de seis escolas municipais. Para tal, grafiteiros da cidade foram contatados pela Coordenadoria da Mulher e contratados pela Secretaria de Educação do Município. Após, participaram de palestra e reuniões na Coordenadoria da Mulher e na Secretaria de Educação, auxiliando no desenvolvimento de conhecimentos em relação à temática da violência contra a mulher e organizando a metodologia de trabalho, as oficinas nas escolas iniciaram.



2) Projeto Sala de Espera

Está sendo realizado em três fóruns de grande circulação do Estado de Sergipe, sendo dois em Aracaju e um em Nossa Senhora do Socorro. O objetivo central é promover, através de vídeos educativos, espaço de informação e reflexão sobre a violência doméstica e familiar para os usuários dos serviços judiciários nos Fóruns. Os vídeos educativos estão sendo exibidos no ambiente comum dos fóruns onde há maior concentração de pessoas aguardando atendimento ou audiência.

3) Oficinas no Presídio Militar

Foram realizadas duas oficinas (em 24/04/2014 e 27/06/2014) com policiais militares detidos no Presídio Militar (Presmil). Tais encontros tiveram caráter preventivo e de combate à violência, posto que havia detentos que praticaram diferentes tipos de crimes, de estelionato à violência doméstica e familiar contra a mulher. Os detentos se envolveram e contribuíram para a oficina e, ao final, deram um feedback positivo em relação aos trabalhos e à temática discutida.

4) Palestras na Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas

Na Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas (Vempa), ocorre a determinação de cumprimento de penalidades outras que não a detenção. Deste modo, como uma das penas alternativas surge o comparecimento dos apenados a palestras mensais promovidas pela própria Vara. A Coordenadoria da Mulher integrou-se a esse rol de palestras, disponibilizando 12 encontros durante o mês de maio de 2014. Estiveram presentes 363 beneficiários que cumprem Suspensão Condicional da Pena, tendo eles sido condenados por crimes diversos, inclusive pelo crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Eixo Estudos e Pesquisas

1) Projeto Perfil Socioeconômico da Vítima e do Autor de Violência nos Processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Visa levantar dados sobre a vítima e o acusado envolvidos nos processos de violência doméstica contra a mulher, a exemplo do tipo de crime e do perfil sócio-econômico das partes. Com este levantamento, fica possível traçar outros projetos com público-alvo bem definido, proporcionando a eficiência e eficácia das ações.

Foi iniciado no Juizado Especializado, em parceria com o Departamento de Estatística e Ciências Atuariais da UFS. Entrevistas e tabulações foram realizadas no próprio Juizado. Há, ainda, pretensão de estender os trabalhos para o interior do Estado. Foram, então, realizadas 134 entrevistas com homens e mulheres entre fevereiro e abril de 2014, resultando em um relatório com o perfil das partes dos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

2) Projeto Fazendo a Diferença

Visa identificar ações ou estudos que contribuam com atendimento qualificado e respeitoso aos envolvidos em situações de violência doméstica e familiar contra a mulher, incentivar a produção teórica e prática dos profissionais que trabalham com a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher, dentro do Judiciário Estadual e, por fim, a criação de espaço para divulgação das práticas e produções bibliográficas sobre o tema. Os critérios para elaboração dos trabalhos foram estabelecidos através de parceria com Grupo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares sobre Mulher e Relações de Gênero (Nepimg) da UFS. Como resultado, três trabalhos foram divulgados na Revista Judicium do TJSE.

Eixo de Parcerias e Articulações com a Rede de Serviços

1) Participação da equipe da Coordenadoria da Mulher nas capacitações da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

2) Reuniões e parcerias frequentes com órgãos que têm como foco a mulher

3) Participação da Coordenadoria da Mulher, como palestrante, em cursos e eventos sobre gênero e violência doméstica contra a mulher

- 'Curso de Sensibilização – Mulheres em Situação de Violência e/ou Discriminação em Razão do Gênero', na OAB/SE, de maio a junho de 2013
- No Dia Nacional da Mulher, comemorado em 30 de abril de 2014, foi promovida, no município de Itabaiana, uma mesa redonda com a temática 'A Mulher em Situação de Vulnerabilidade e Violência'. A Coordenadoria da Mulher do TJSE participou do evento no dia 29 de abril.
- Congresso 'Família, Gênero e Concretização dos Direitos Fundamentais – Violência contra a família: Violação dos direitos humanos', promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB/SE, em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).



- VI Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de 05 a 07/11/2014.
- 67º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil, ocorrido em novembro de 2014, na Bahia, onde a Juíza Adelaide Maria Martins Moura proferiu a palestra 'Efetividade e Celeridade das Medidas Protetivas às Vítimas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher' e apresentou detalhes da parceria entre o TJSE e o Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp).

4) Projeto de parceria com o Senac e outros colaboradores para capacitação profissional de mulheres vítimas

Entendendo que, por vezes, a violência doméstica e familiar contra a mulher se perpetua devido à dependência financeira desta, tal projeto vem atuar como um auxílio para que ocorra o rompimento do ciclo de violência ao qual ela está submetida. O primeiro parceiro é o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que disponibiliza vagas gratuitas em alguns de seus Centros de Formação Profissional.

5) Parcerias com universidades e faculdades

A Coordenadoria da Mulher buscou parcerias com os centros de formação percebendo que os mesmos podem agregar conhecimentos e práticas no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Inicialmente, a Faculdade de Negócios de Sergipe foi contactada através do Coordenador do Curso de Direito, o qual disponibilizou os serviços gratuitos do Núcleo de Prática Jurídica para encaminhamentos de mulheres vítimas, caso surgisse esta necessidade. Também a Faculdade Pio Décimo estabeleceu parceria com o TJSE, assinando um convênio

que tem por base o Projeto de Extensão Grupos de Atendimento às Mulheres Vítimadas, desenvolvido por professora do curso de Psicologia.

6) Parceria com o Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp)

No intuito de prestar atendimento ágil às ocorrências tipificadas como violência doméstica contra a mulher com medidas protetivas decretadas, a Coordenadoria da Mulher e o Ciosp integraram seus sistemas de informação. Desta forma, as medidas protetivas determinadas são registradas no sistema do TJSE e o sistema do Ciosp trará estas informações. A partir daí, quando a mulher que tem medidas de proteção a seu favor discar para o 190 (telefone da Polícia Militar), o sistema acusará urgência e apresentará detalhes da medida protetiva em vigência. Isto propiciará que o agente acione, de pronto, a viatura mais próxima com a urgência e prioridade que o caso requeira. O serviço teve baixo impacto nos custos de ambas as instituições, as quais apenas realizaram pequenos ajustes de sistema para a implementação do projeto. O serviço começou a funcionar no dia 17 de novembro de 2014. O projeto-piloto ocorrerá na capital e há pretensões de estendê-lo para todo o Estado.

7) Projeto Conectando com o Social

Visa promover a criação de uma rede de colaboradores através do desenvolvimento de parcerias que beneficiem mulheres vítimas de violência doméstica, partes de processos que tramitam no Poder Judiciário, que tem como objetivo a inclusão digital e a capacitação profissional, contribuindo diretamente para o aumento das oportunidades de inserção no mercado de trabalho, possibilitando a conquista da independência financeira e social. Para tal, foram realizadas parcerias com o Serviço Nacional do Comércio (Senac) e com a Fundação Municipal do Trabalho (Fundat) e estão sendo oferecidas vagas em diversos cursos destas instituições para mulheres encaminhadas pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

8) Projeto do Grupo de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher

O projeto está em fase inicial, firmando parcerias com universidades e faculdades que estejam consonantes com o que a Coordenadoria da Mulher preceitua e percebe como o ideal na abordagem com os autores de violência doméstica contra a mulher. Deste modo, a meta é que, até o final de janeiro de 2014, o Convênio com a instituição parceira esteja assinado e que o grupo tenha funcionamento a partir de março de 2015.



Divisão de Memória Judiciária

Desde 1984, quando foi criado, o Arquivo do Tribunal de Justiça de Sergipe realiza iniciativas para promover a pesquisa, bem como a preservação dos acervos, em especial dos documentos reconhecidamente históricos desde 1655. A partir de 2005, com a inauguração da nova sede do Arquivo Judiciário, e junto com ela do laboratório de conservação e restauro, houve um salto nos procedimentos de preservação.

Em outra frente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao instituir o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), reforçou o apoio para a missão de organizar e fornecer maior acessibilidade à informação, bem como preservar a memória da Justiça e, consequentemente, da própria sociedade. Ao incentivar o descarte de documentos, o CNJ estimula a participação de profissionais que possam aferir o valor secundário da documentação, de modo a não perder registros que possam servir à análise científica.

Comissão Nacional da Verdade

Desde o início de 2014, o Arquivo Geral do Judiciário colaborou com o CNJ e com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), visando compor uma ampla pesquisa de informações relativas a violações graves de direitos humanos. Entre os objetivos da CNV, está o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior; identificar e tornar públicos as estruturas, locais, instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos.

A partir da Divisão de Memória Judiciária, o Arquivo organizou uma força-tarefa para uma pesquisa amostral

em centenas de caixas de documentos do período de 1946 a 1988. A análise foi focada na Comarca de Aracaju e no Tribunal de Justiça, onde convergiam todos os pedidos de socorro jurídico de *habeas corpus* e mandados de segurança. A triagem realizada não esgotou a possibilidade de muitos outros documentos estarem na posse de sergipanos e que também poderão ajudar a desvendar fatos ocorridos no passado.

Como resultado, mais de 100 documentos foram identificados e inventariados como de potencial interesse ao estudo da CNV, por retratar possível violação a direitos humanos dentro do período delimitado, cabendo a apreciação da real pertinência aos membros da comissão. Uma sinopse desse material foi enviada e os documentos ficaram reservados para uma consulta mais aprofundada pelos membros da CNV até o mês de dezembro de 2014.

Divisão de Avaliação Documental

As estatísticas demonstram que o Judiciário sergipano é eficiente, a ponto de ser considerado referência nacional. Uma das consequências desse esforço pró-celeridade está associada ao número de feitos findos desaguados no Arquivo Geral do Judiciário, o que culmina na escassez de espaço físico para acondicionamento dos documentos com organização e responsabilidade. Faz-se necessário que o ciclo documental seja racionalizado, a partir do recebimento ou da produção de documentos, sua tramitação e guarda. Ao se tornarem inservíveis para o Judiciário, para a parte processual e para a sociedade, tornam-se aptos ao descarte, conforme prazo na tabela de temporalidade de classes e assuntos.

É nesse cenário que atua o Projeto Gestão Documental, inserido no Planejamento Estratégico, por meio da Resolução nº. 70, do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ), e que está sendo desenvolvido pelo Poder Judiciário de Sergipe. A Divisão de Avaliação Documental é o setor encarregado pela avaliação e classificação, segundo critérios do CNJ. Com a execução desse expediente, salvaguardam-se os processos de custódia permanente, bem como as sentenças dos destinados à eliminação. O restante é descartado, sendo considerada a responsabilidade socioambiental. **O primeiro edital de eliminação de 2013 descartou 2.932 processos e o segundo edital, 34.190.** Conforme o Relatório Anual de caixas recebidas pelo Arquivo, em 1989, tinham sido recebidas 149 caixas. **Em 2013, foram recebidas 12.505 caixas e, em 2014, até outubro, 9.597 caixas.**

Divisão de Recuperação e Consulta Documental

Tem como função a recepção de processos judiciais, administrativo-judiciais e administrativos, que são conferidos e alocados nos acervos. Tudo é feito de modo a proporcionar a pronta localização para consulta, observando critérios de segurança da informação. Tais cuidados evitam, por exemplo, a disposição de documentos em local diverso do consignado no inventário topográfico, o que tornaria quase impossível uma nova localização.

A Divisão atende partes (cidadãos comuns), representantes dessas, advogados e interessados em geral, no que tange à consulta e retirada de cópia para comprovação de direitos. Também atende a solicitações das unidades jurisdicionais ou administrativas. O solicitante pode optar pela remessa do documento original ou indicar peças para digitalização, caso que possibilita satisfazer a consulta com muito mais celeridade.



Arraiá e Feirão do Limpa Nome

O Arquivo Judiciário contribuiu com o Arraiá do Limpa Nome, realizado de 3 a 13 junho de 2014, e o Feirão do Limpa Nome, realizado entre os dias 12 a 21 de novembro e de 3 a 12 de dezembro de 2014, ao disponibilizar sua sede, bem como liberar a participação de três servidores que colaboraram com a realização do evento promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Soluções de Conflitos e Cidadania (Nupemec), incluindo não só o atendimento ao público, como também a organização do ciclo de palestras ministradas.



Solicitações 2014	Quantidade
Processos originais (e-mail e sistema)	10.728
Peças digitalizadas	6.795
Consulta processual (partes, advogados e representantes)	8.956
Pesquisa acadêmica	332
Documentação administrativa	111
Demais Atividades	
Processos Conferidos	101.962
Processos Devolvidos	7.668
Total de atividades	136.361

Foram desenvolvidas, no biênio 2013/2015, diversas atividades que nortearam os projetos do Memorial, proporcionando atuação histórica, por meio da divulgação de fragmentos da História de Sergipe e da participação do Judiciário nesta; social, com as exposições e oficinas ministradas aos estudantes da rede particular e pública; atuação de preservação da memória, através de pesquisas sobre a trajetória do Judiciário e seus personagens, entre outras ações. De março de 2013 a novembro de 2014, o Memorial recebeu 798 visitantes, entre estudantes, pesquisadores e turistas. Destaque para o projeto 'É Natal!', realizado em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSE, ação que se reveste de caráter especial por integrar o calendário de eventos de Aracaju, abrindo o ciclo natalino.

Exposições

UM OLHAR SOBRE A TURQUIA		COLORINDO A DOR	
Parceria entre o TJSE e o Centro Cultural Brasil Turquia. Apresentou textos, vídeos, imagens, aspectos da história, natureza, cultura e religiosidade turcas.	Metodologia: Visita monitorada com material impresso de apoio.	De iniciativa da Coordenadoria da Mulher do TJSE, teve como objetivo educar, através da arte, sobre a realidade das mulheres e famílias vítimas da violência doméstica.	Metodologia: Visita monitorada e realização de oficinas.
Período: 11/03/2014 (abertura)	Visitantes: 246	Período: 10/03 a 11/09/2014	Visitantes: 272
MOSTRA FOTOGRÁFICA DA I SEMANA DE ESTUDOS DE DIREITO CIVIL - 1979		MEDALHAS E CONDECORAÇÕES	
Apresentou 40 fotos, de autor desconhecido, mais textos informativos e históricos referentes ao evento.	Metodologia: Visita monitorada com o apoio de material impresso.	Apresentação do acervo de Medalhas e Condecorações de personalidades do Poder Judiciário sergipano doadas ao acervo do Memorial.	Metodologia: Visitas monitoradas com o apoio de material impresso.
Período: 14/08/2014 (abertura)	Visitantes: 145	Período: 28/11/2014 (abertura)	Visitantes: ---
Total de visitantes: 663			

Publicações

Revista do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe nº 3

Lançada no dia 25 de setembro de 2014, a revista é composta por 18 artigos de 23 autores. A produção da revista atende ao compromisso que o Memorial tem de salvaguardar o patrimônio material e imaterial do Judiciário sergipano, com produção acadêmica multidisciplinar, além de ampliar o conhecimento jurídico, fluidificando novas ideias.

Seleta

Publicação, em formato de livro, em que o Tribunal de Justiça de Sergipe, através do Memorial, contribui para o resgate e valorização da memória de personalidades que fizeram e fazem a Justiça em Sergipe. A última edição, 'Escritos em homenagem ao Jurista Gumersindo de Araújo Bessa', produzida em parceria com o Arquivo Público do Estado, homenageia o jurista que se destacou enquanto promotor, deputado, chefe de polícia, advogado, jornalista e juiz de casamentos. A penúltima edição teve como título 'Desembargador Artur Oscar de Oliveira Déda - O Magistrado Doutrinador'.

Parcerias

1) Coordenadoria da Infância e da Juventude - Projeto 'É Natal!'

Evento do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe que integra o calendário natalino da capital sergipana, que em 9 de dezembro de 2013 foi promovido em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSE. O objetivo é proporcionar a crianças e adolescentes, acolhidos nas entidades e cadastradas no Programa de Apadrinhamento Ser Humano, um momento especial de confraternização. Além da participação da população em geral, que é presenteada com o evento que para muitos aracajuanos é um momento de resgate do saudoso Natal do Parque de Aracaju.

2) Universidade Federal de Sergipe (UFS)

2.1) Exposição sobre o Engenho Pedras: através do Projeto Massapé, coordenado pelo professor Lindivaldo Souza, foi autorizado Diretor-Presidente da Usina São José do Pinheiro, Osvaldo Leite Franco, o acesso à antiga sede do Engenho Pedras, no Povoado Pinheiro, zona rural de Laranjeiras/SE, no dia 11 de setembro de 2014. A visita técnica teve como objetivo coletar dados com a finalidade de entender o funcionamento da antiga usina antes de 1970 para uma futura montagem de uma exposição.

2.2) Visita Monitorada dos acadêmicos de Direito da UFS: foi solicitada a visita, nos dias 30 de outubro (17 acadêmicos) e 13 de novembro (9 alunos) de 2014, da turma de Direito da UFS, do professor Arnaldo de Aguiar



Machado Júnior ao Memorial com o objetivo de permitir aos acadêmicos o conhecimento da história do Poder Judiciário.

2.3) Doações de publicações da EDUFS: doação de 58 publicações da Editora UFS disponibilizadas para atividades de pesquisa no Memorial do Judiciário.

3) Universidade Tiradentes (Unit)

Patrimônio Arquitetônico - Aracaju em Escala': exposição de maquetes produzidas pelos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo que reproduz edificações significativas do patrimônio arquitetônico de Aracaju.

4) Secretaria de Cultura de Sergipe (Secult)

4.1) 'Alegrai-vos Sergipanos - Festas, Celebrações e Rituais'

4.2) 8ª Primavera dos Museus

5) Segrase: doações de publicações da Editora Segrase: doação de dois exemplares de 32 das publicações da Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe para compor o acervo de pesquisa do Memorial do Judiciário.

6) Centro Cultural Brasil-Turquia (CCTB): exposição 'Um Olhar sobre a Turquia'

7) Coordenadoria da Mulher do TJSE: exposição 'Colorindo a dor'



8) Arquivo Público do Estado de Sergipe: Seleta em homenagem a Gumersindo Bessa

9) Arquivo Judiciário: utilização dos inventários judiciais do Engenho Pedras, como fonte de pesquisa para a exposição que está prevista para 2015, além de fotografias que estão sendo digitalizadas para compor o acervo iconográfico do Memorial. r Oscar de Oliveira Déda - O Magistrado Doutrinador’.

Participações em eventos

1) ‘Alegrai-vos Sergipanos: Festas, Celebrações e Rituais’

Convidado pela Secretaria de Cultura do Estado (Secult), no período de 13 a 18 de maio de 2013, o Memorial participou do evento de âmbito nacional, levando ao conhecimento dos visitantes o ritual de passagem no Judiciário sergipano quando da posse de Desembargador. A exposição de divulgação do Memorial do Judiciário contou com a beca completa doada pelo Desembargador Artêmio Barreto, o colar de mérito e o livro de posse do Desembargador Fernando Ribeiro Franco, além de fotografias da posse da Desembargadora Geni Schuster.

2) I Fórum de Memória do Judiciário do Norte-Nordeste

O Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, representado pela historiadora Josevanda Mendonça Franco, participou do evento realizado na cidade do Recife, entre os dias 28 e 30 de abril de 2014.

3) 8ª Primavera dos Museus

Em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura (Secult), o Memorial do Judiciário levou ao evento, ocorrido em Laranjeiras/SE, entre os dias 22 e 28 de setembro de 2014, banners de divulgação e participou de um debate com estudantes de Museologia da UFS.

4) Oficinas sobre a Exposição Colorindo a Dor

Realizadas nos dias 20 e 27 de março de 2014, as oficinas contaram com a participação de 46 alunos de escolas municipais de Nossa Senhora do Socorro/SE, com faixa-etária de 8 a 11 anos. A metodologia correspondeu à análise visual das fotografias e sua releitura a partir do entendimento de cada um dos participantes. Os estudantes ainda participaram, no auditório, da exibição do vídeo ‘Quem Ama Abraça’, que faz parte de um projeto de não-violência.



Biblioteca Central Desembargador Gervásio Prata

A biblioteca localizada no 6º andar do Anexo II, atualmente, conta em seu acervo com 7.534 registros de títulos de obras, das quais 7.275 são livros e 259 títulos de periódicos distribuídos em 14.414 volumes, constando um total geral de 21.689 volumes. As obras adquiridas no biênio, referentes a livros, foram recebidas através de compra, totalizando R\$ 14.008,24, além de doações de editoras, Tribunais, autores, particulares e instituições.

Foram realizadas novas assinaturas (DOE on-line) de periódicos e renovadas as de títulos correntes, totalizando R\$ 19.591,76, atendendo desta forma as solicitações dos usuários. As doações foram feitas pelos Tribunais Superiores, Estaduais, Regionais, editoras, instituições afins e particulares, que contribuíram para um bom atendimento.

Biblioteca digital

A grande novidade da gestão para esta área foi a criação da biblioteca digital, mais um instrumento colocado à disposição do corpo funcional do Judiciário para subsidiar as pesquisas jurídicas, melhorando a qualidade da prestação jurisdicional. A assinatura anual da Biblioteca Digital Fórum de Direito e Fórum Livros, adquirida através da Editora Fórum Ltda., no valor de R\$ 85.594,00, está disponibilizada no site do TJ para todos os servidores. Ao acessar o webmail, na página www.tjse.jus.br, em 'aplicações externas', o leitor pode clicar no link 'Biblioteca Digital' e ter acesso a livros digitais e periódicos, a exemplo das revistas Interesse Público, Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, Revista Fórum Trabalhista, Revista de Direito do Terceiro Setor, entre outras.

Segue abaixo quadro demonstrativo das compras e doações de livros e periódicos recebidos de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015:

Material	Compra	Doação	Total
Livros	120	51	171
Separata Sergipana	-	-	-
Periódicos/Exemplares	226	326	552
Periódicos/CD-ROM - Exemplares	-	04	04
Periódicos/DVD	-	07	07
Assinatura/Jornal Diário Oficial do Estado on line	01	-	01
Total geral	347	388	735

Sistema de automação

A assistência dos serviços de automação das Bibliotecas Central e Setorial é realizada pela Empresa Triade Soluções Tecnológicas, que atende as solicitações via chamadas, constando no sistema 7.275 livros cadastrados e 259 títulos de periódicos, totalizando-se 14.414 volumes, com 47.545 doutrinas, todos registrados e etiquetados com código de barra. Os empréstimos são realizados via sistema, estando disponíveis todos os dados do acervo via internet no portal da biblioteca para consulta.

Dados do biênio 2013-2015

- Foram realizados 680 empréstimos aos usuários com 650 devoluções
- Foi registrada frequência média mensal de 220 usuários
- Foram classificados 171 livros e 552 periódicos
- Foram catalogados 171 livros e 552 periódicos
- Com as mudanças realizadas na área jurídica, tornou-se necessário o descarte de 193 livros (131 em 2013 e 62 em 2014), ficando no acervo somente um exemplar de cada livro para que seja utilizado no estudo do Direito Comparado
- Foram encadernados neste biênio os Diários Oficiais do Estado do ano de 2012 e 2013, como também a Revista Consulex

Biblioteca Setorial Juiz Mário de Siqueira Pinto

Localizada no Fórum Gumersindo Bessa, possui um acervo de 595 livros e 149 periódicos, perfazendo um total de 744 registros. Foram renovadas todas as assinaturas, totalizando o valor de R\$ 6.880,30. Diante da aquisição de novas obras, a biblioteca passou a ter gradativamente um aumento na frequência dos usuários. A seguir, quadro demonstrativo das compras e doações de livros e periódicos recebidos de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015:

Material	Compra	Doação	Total
Livros	54	-	54
Periódicos	48	24	72
Periódicos/CD-ROM – Títulos	-	-	-
Total	102	24	126

O ciclo dos dois anos de gestão do Desembargador Cláudio Deda frente à Presidência do TJSE foi iniciado pelo setor com o objetivo de desenvolver um trabalho de maior aproximação do Judiciário sergipano com a sociedade. Para isso, a Diretoria de Comunicação desenvolveu alguns projetos, incluídos no Planejamento Estratégico. No biênio, os indicadores apontam o sucesso da estratégia de comunicação. Mais de 500 atendimentos diretos à imprensa. Ou seja, todos os dias úteis tiveram jornalistas em busca dos mais variados temas da Justiça de Sergipe. No biênio, foram registradas 4.481 notícias (rádio, TV, jornal e internet) relacionadas ao TJSE, sendo 47% delas positivas, 45% neutras e apenas 8% negativas.

Informe Legal

O projeto Informe Legal continuou sendo desenvolvido e garantiu o acesso da população à Justiça, através do esclarecimento de temas que ainda confundem algumas pessoas. Um bom exemplo da eficácia desse projeto foram os resultados alcançados com a Ouvidoria do Poder Judiciários sergipanos. A Pesquisa de Satisfação de 2013 registrou que apenas 10,52% das pessoas sabiam que o Tribunal de Justiça possuía uma Ouvidoria. Com atuação do Informe Legal 'Ouvidoria', esse número saltou para 42% em 2014. Um crescimento de mais 300% no período de um ano. O número de atendimentos na Ouvidoria passou de 139 pessoas por mês, em média, para 280.

Sergipe Justiça

Durante o biênio, o programa teve 83 edições e foi exibido, localmente, pelas TVs Sergipe e Aperipê, e, nacionalmente, pela TV Justiça. Passou por uma repaginação no seu formato ganhando dois novos quadros:

- Conhecendo o Judiciário: pequenos esquetes da teledramaturgia para explicar como funcionam temas jurídicos;
- Interferência: a população participa diretamente do programa dando sua opinião sobre temas polêmicos que rondam a sociedade moderna.

Revista Judiciarium

A Revista Judiciarium, que existe desde 1996, passou por mudanças gráficas durante atual gestão. Apesar das transformações de layout, segue com a idéia inicial de ser uma vitrine das ações do TJSE e também um espaço para que servidores e magistrados possam mostrar seu trabalho, seja através de matérias ou artigos.

Uma das grandes novidades foi a implantação do uso do aplicativo de smartphone QR code. Com ele, as pessoas podem, através do código, terem acesso a mais informações em outras mídias utilizadas pela Diretoria de Comunicação do TJSE, como matérias do Programa de TV Sergipe Justiça.

Redes sociais

A Dircom conquistou novos espaços na rede mundial de computadores com a implantação do Facebook do TJSE, que no espaço de dois anos já alcançou mais de 5 mil seguidores. Além da implementação das nossas produções no Twitter e no Youtube.



Campanhas e parcerias

A Dircom incentivou diversas formas comunicação, através de projetos gráficos, áudio e vídeo de setores da administração da Justiça. Vale ressaltar que os trabalhos foram realizados por servidores da Dircom, sem a necessidade de contratação de uma agência para criação de artes e campanhas de marketing, o que gerou uma economia de mais de R\$ 150 mil reais em produção, publicitários e atores. Foram realizadas as seguintes campanhas:

- Violência doméstica: 20 participações da equipe de teatro nos projetos da Coordenadoria da Mulher;
- Infância: participações nas campanhas da Coordenadoria da Infância;
- Conciliação: participações da nossa equipe de teatro nos Feirões do Limpa Nome e na confecção das cartilhas 'Aprenda a Economizar', para adultos, e 'Meu Dindim', para crianças;



- 'Construindo a Paz': campanha com vídeos e cartazes desenvolvidos pela Diretoria de Comunicação com a intenção de mostrar pra sociedade que o Judiciário é um aliado na busca de suas maiores angústias.

Conbrascom

Em 2014, pela primeira vez o Congresso Brasileiro de Comunicação e Justiça aconteceu em Sergipe. Com o apoio institucional do Tribunal de Justiça de Sergipe, durante dois dias, 31 de julho e 1º de agosto, Aracaju se tornou a capital brasileira da comunicação do Judiciário, recebendo mais de 150 jornalistas que atuam nessa área. A Divisão de Jornalismo da Dircom é membro da Diretoria do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça.

Premiações

Nos últimos dois anos, a Dircom conquistou diversos prêmios, o que a consagrou como a Assessoria de Comunicação mais premiada do biênio. Confira os prêmios:

2013		
Prêmio	Categoria	Colocação
AMB de Jornalismo	Mídia dos Tribunais	1º lugar
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Programa de Televisão	1º lugar
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Projeto Temático	1º lugar
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Voto Popular	1º lugar
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Inovação	2º lugar
2014		
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Fotografia	1º lugar
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Reportagem escrita	2º lugar
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça	Projeto Institucional	3º lugar



Ficha Técnica

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Juizes-auxiliares da Presidência
Marcelo Augusto Costa Campos
Elbe Maria Franco do Prado de Carvalho
José Pereira Neto (Departamento de Precatórios)
Secretário-chefe
José Alberto Silva Déda
Diretoria de Comunicação
Euler Tavares Ferreira
Coordenação de Cerimonial
Acácia Maria Figueiredo Moura
Assessor Militar
César Luiz Lima Bispo

CONSULTORIA GERAL

Consultor-chefe
Wilson Barreto Leite
Consultor de Processos Judiciais
Aline de Jesus Barreto
Consultor de Processos Administrativos
Juliana Campos Barreto
Consultor de Licitações e Contratos
Heneida Maria Cupertino Nascimento Camargo

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Juíza Vânia Ferreira de Barros

COORDENADORIA DA MULHER

Juíza Adelaide Maria Martins Moura

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Secretário Judiciário
Sara Lucíola Franca Ramos
Modernização Judiciária
Romualdo Prado Junior
Biblioteca Central
José Vieira Ramos
Arquivo Geral do Judiciário
Bruno Dantas Luduvise Navarro
Perícias Judiciais
Ana Cristina Machado Silva
Memorial do Poder Judiciário
Josevanda Mendonça Franco

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Secretário de Planejamento e Administração
Tadeu Matos Henriques Nascimento
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento
Rogério Guimarães dos Santos
Diretor de Administração
Carlos Benjamim Carvalho da Cruz
Diretor de Gestão de Pessoas
Dilson Menezes Barreto
Centro Médico
José Osvaldo Barreto de Ávila
Diretoria de Segurança
Carlos Magno Ornellas Santos
Departamento de Obras
Alessandro Santos Vasconcelos

SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Secretária de Finanças e Orçamento
Jussara Maynard Araújo
Diretora de Orçamento
Nilza Oliveira Bomfim
Diretora Financeiro
Ana Angélica Vieira Azevedo
Diretora do Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal
Virgínia Fonseca Barreto

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Secretária da Tecnologia da Informação
Denise Martins Moura Silva
Diretor de Desenvolvimento de Sistemas
José Augusto Rocha Júnior
Diretor de Sistemas de Gestão Organizacional
Aline Maria da Paz Silva
Diretor de Produção e Suporte
Leonardo de Santana Vieira
Diretor de Atendimento ao Usuário
Lângesson Lopes da Silva

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Jurandi Conrado

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

Diretor de Comunicação
Euler Ferreira
Chefe da Divisão de Jornalismo
Luciano Augusto Souza Andrade
Editora responsável
Janaina Cruz (DRT 857/SE)
Projeto Gráfico e editoração eletrônica
Eduardo Lins (DRT 1242/SE)
Revisor
Ronaldson Sousa